

RESENHAS

A BUSCA DO ELO PERDIDO

A Dinâmica da Inflação, de Antonio Kandir. Nobel, 1989, 144 pp.

Paulo Renato Souza

Ao ser solicitado pelo Editor de *Novos Estudos CEBRAP* para escrever esta resenha, coloquei-me ante um dilema: ler outras resenhas e críticas ao trabalho de Kandir e eventualmente até discutir com seus examinadores de doutoramento para poder oferecer uma visão realmente abrangente das críticas já realizadas; ou simplesmente reler o livro umas quantas vezes para colocar minha visão pessoal dessa importante contribuição à compreensão dos problemas da inflação em economias como a brasileira. Optei pela segunda alternativa. Não creia o leitor que meu trabalho foi simplificado. Talvez ao contrário, pois o risco de dizer coisas não muito interessantes ou repetir argumentos já batidos aumenta exponencialmente, na medida em que nos afastamos da cômoda posição de resumir argumentos e contra-argumentos. Para fazer esta resenha, portanto, não me beneficie de nenhuma crítica que tenha lido (não li nenhuma, na verdade) ou de alguma discussão que tenha travado. Na verdade e infelizmente, nem sequer tive a oportunidade de assistir à defesa de tese do autor. O que vai aqui dito corresponde pois às impressões, sensações e reflexões de alguém que toma o livro de Kandir em si mesmo, procurando luzes e inspiração para entender o problema da inflação brasileira.

Quanto estudei economia, nos anos 60, fui ensinado que as análises explicativas da inflação nos países em desenvolvimento, em especial da América Latina, afiliavam-se a duas matrizes teóricas básicas: o monetarismo e o estruturalismo. Naquele tempo o keynesianismo era ainda mui-

to mal digerido entre nós para transformar-se em instrumento de análise da realidade. Simonsen (Mário Henrique) já personificava os monetaristas, enquanto os estruturalistas tinham nos cepalinos Oyarzúm, Anibal Pinto, Sunkel, ao lado de Ignácio Rangel, os seus formuladores teóricos mais expressivos.

Confesso que para um estudante de graduação ler e entender o que se estava discutindo era ao mesmo tempo fácil e difícil. Fácil porque os argumentos eram tão antagônicos que contrapô-los e resumi-los era tarefa simples; difícil por essa mesma razão: como formar um juízo, com toda a inexperiência dos 20 anos, de que lado estava a razão? Como entender, de fato, o fenômeno inflacionário entre nós a partir de posições tão divergentes e julgar as opções de política econômica que derivavam da análise?

Em termos muito simplificados poderia resumir os argumentos de ambos os lados. Os monetaristas sustentavam que a inflação originava-se no excesso de gastos do governo em relação às receitas, o que os levava à emissão de papel-moeda. A velha e conhecida equação quantitativa da moeda explicava então o aumento dos preços, ou, se fosse preferido um caminho mais analítico, apelava-se para o papel do excesso de demanda em relação à produção que era provocado pelo gasto não financiado do governo. Os estruturalistas argumentavam que a inflação tinha suas causas no lado "real" da economia, devido ao desequilíbrio estrutural típico dos processos de desenvolvimento. A falta de sincronia nos processos de modernização e de aumento de produtividade setoriais levava à elevação desencontrada dos preços que acabava por gerar efeitos de encadeamento. Um dos elos desse processo de causalidade eram, obviamente, as reivindicações salariais, tanto maiores quanto mais rapidamente se elevava o custo de vida urbano. É supérfluo recordar o forte processo de migração e urbanização característico desse período. O déficit pú-

blico e a emissão monetária seriam, assim, mera consequência do desajuste estrutural. A adoção do receituário de política econômica dos monetaristas — a eliminação do déficit público e a redução da expansão monetária — teria como consequência, portanto, a asfixia da economia, podendo vir a interromper o próprio processo de desenvolvimento ao tentar eliminar um dos seus subprodutos — indesejado mas inevitável.

Entramos nos anos 70 e a análise se sofisticou. Teoricamente o keynesianismo e o pós-keynesianismo foram explicitamente incorporados ao debate. Já não era possível falar da inelasticidade (preço ou demanda) dos segmentos atrasados da economia, pois a modernização havia atingido, ainda que parcialmente, todos os setores. O núcleo moderno e capitalista era agora um complexo que continha todas as atividades, sem que pudessem ser identificados desequilíbrios que explicassem movimentos assíncronicos de preços, pois estes eram determinados pelos segmentos modernos de cada atividade. Por outro lado, a análise dos processos de formação de preços em economias oligopólicas, ao sustentar que os preços são determinados por margens de lucro ("mark-ups") sobre os custos de produção, oferecia a base para o desenvolvimento da teoria "neo-estruturalista", baseada na luta distributiva.

Na medida em que a questão da luta distributiva para explicar a inflação ganhou crescentes adeptos, assistimos ao surgimento de um corolário quase inevitável: a inflação teria características predominantemente inerciais. Os mecanismos de indexação de salários e preços garantiriam a reprodução do processo inflacionário. As variações em relação ao passado ficariam basicamente por conta do efeito dos choques externos. Por outro lado, uma política ortodoxa de combate à inflação, ao tentar interromper abruptamente o processo, levaria à recessão e especialmente à compressão do salário real, ao não levar em conta o caráter da inflação como mecanismo de "lubrificação" e de reprodução do sistema econômico no curto prazo.

Do lado ortodoxo, a análise também sofreu algumas modificações entre os anos 60 e 70. A utilização crescente da chamada "curva de Phillips" como instrumento de análise da inflação per-

mitia aos economistas afiliados a essa corrente uma certa segurança ao extrair da realidade exemplos, especialmente nos países centrais do capitalismo, de correlação direta entre salários e inflação, e inversa entre estabilidade de preços e nível de atividade. A análise monetarista propriamente dita radicalizou-se com sua versão "à la Chicago", passando a uma forte crítica ao keynesianismo em geral, e à política fiscal como instrumento de ação do governo no combate à inflação em particular. Promovido o equilíbrio monetário, as demais variáveis econômicas tenderiam a ajustar-se pela livre operação do mercado.

O final dos anos 70 trouxe consigo o fenômeno, novo no pós-guerra, de inflação nos países centrais e de estagflação tanto nestes países como na periferia do sistema. O relativo êxito das políticas monetárias no controle da inflação dos países industrializados, no início da década, outorgou grande atualidade à análise ortodoxa, levando-a inclusive a uma renovação conceitual, que o livro de Kandir analisa, como mencionaremos a seguir.

Neste contexto chegamos aos anos 80, com sua especificidade marcante. Os problemas conjunturais assumiram a predominância nas preocupações dos governos dos países periféricos na razão direta em que cresciam os problemas de dívida, Déficit público e inflação. As políticas de curto prazo passaram à ordem do dia e o debate acadêmico e teórico aprofundou-se em relação a esses temas. O livro de Kandir não apenas resenha o debate teórico dos anos 80, como, muito especialmente, avança algumas idéias importantes.

Os capítulos iniciais do livro realizam uma síntese extremamente cuidadosa e inteligente do debate, identificando quatro matrizes teóricas, duas na vertente ortodoxa — a monetarista e a novo-clássica — e duas na vertente heterodoxa — a neo-estruturalista e a pós-keynesiana. Não se trata de uma história do pensamento econômico sobre a inflação no período do pós-guerra. O autor toma como paradigmas as teorias em sua versão mais atual, mas realiza uma rápida porém cuidadosa retrospectiva das origens de cada modelo analítico. O leitor minimamente familiarizado com o debate anterior beneficia-se, portanto, de um interessante e importante esforço de interpre-

tação e classificação, sem ter de recorrer todo o debate que desemboca nos paradigmas atuais.

A análise e a crítica das duas interpretações ortodoxas são feitas com o rigor necessário a um trabalho acadêmico, mas são abandonadas pelo autor em vista de seu interesse maior de penetrar e avançar na análise heterodoxa. Este é precisamente o mérito maior do livro, que, não obstante, acaba por oferecer novas perspectivas críticas para as próprias teorias ortodoxas, como mencionaremos depois.

Estabelecido o espectro do marco teórico de análise, o autor dedica-se a uma crítica pertinente ao modelo neo-estruturalista. Refiro-me à questão da constância dos "mark-ups desejados" no curto prazo. Este é, na realidade, um suporte crucial à teoria neo-estruturalista, pois dele depende a explicação da inflação baseada na luta distributiva. Se o "mark-up" pode variar, o problema da distribuição deixa de ser a explicação do processo inflacionário, ficando a análise mais complexa e por conta de um conjunto de elementos nos quais a própria variação dos "mark-ups" passaria a jogar um papel importante.

Na crítica propriamente dita o autor não é original. Vários outros autores — como ele mesmo assinala — já a haviam feito com precisão. A contribuição neste caso encontra-se no capítulo 4 do livro, onde é desenvolvido o marco teórico para a análise das variações conjunturais dos "mark-ups" desejados. O autor vale-se de toda a evolução do pensamento pós-keynesiano nos campos da "macro" e da "micro" economia para desenvolver uma rigorosa formulação do conceito de "custo de uso" proposto por Keynes, adaptada às necessidades da análise inflacionária, tendo em vista especialmente sua influência na evolução dos "mark-ups" desejados. Parece-me que aqui reside justamente uma contribuição importante pelo menos para o debate sobre a inflação nos países periféricos. Como assinala o autor em uma nota, a expressão algébrica com que conclui sua análise, "além de permitir determinar as variações conjunturais dos 'mark-ups' desejados, também possibilita reconhecer os determinantes das diferenças estruturais entre os 'mark-ups' desejados entre indústrias". É justamente em relação à análise desenvolvida neste capítulo que parece-me extremamente apropriada a anotação de Luiz Gonzaga Belluzzo no prefá-

cio do livro, de que o "trabalho de Kandir é a tentativa mais bem-sucedida, até o momento, de formular os lineamentos de uma teoria de inflação dentro do cânones das tradições keynesiana e marxista".

O capítulo 5 é justamente a aplicação do modelo desenvolvido a situações de alta instabilidade provocadas por processos de forte ajustamento. O autor demonstra claramente como em tais circunstâncias os "mark-ups" não podem permanecer constantes. Eles variam no curto prazo e estas variações são passíveis de análise e previsão. Como o leitor poderá facilmente deduzir, aqui supera-se a teoria "neo-estruturalista". A luta distributiva passa a ser um elemento da análise, mas o fundamental sem dúvida para a compreensão do problema da inflação são os elementos que explicam as variações dos "mark-ups" desejados.

Ao procurar relacionar os elementos explicativos para a variação dos "mark-ups" desejados, o autor inicia uma análise, que se desenvolve ao longo desse e do último capítulo, que a meu modo de ver é a segunda grande contribuição teórica do livro: a relação entre o mundo real e o monetário na análise da inflação. É curioso como a leitura do livro dá a impressão de que nem mesmo o autor percebe a grande importância dessa sua contribuição, pois ela abre a possibilidade, enfim, de algum diálogo entre as teorias ortodoxas e heterodoxas. Ao mesmo tempo, constitui-se na mais contundente crítica que já li às próprias teorias ortodoxas, enquanto base da política antiinflacionária em países submetidos a fortes processos de ajustamento. Este ponto também parece-me pouco valorizado pelo autor, em face da sua importância para o debate.

Ao relacionar a variação conjuntural dos "mark-ups" desejados com a "fragilidade financeira do setor público" — conceito por ele desenvolvido —, o autor estabelece pela primeira vez uma ponte firme entre as teorias estruturais da inflação e a questão do financiamento do setor público. Já não são mundos separados, como o foram desde os anos 50. Lembremo-nos que era anátema para os estruturalistas admitir que o déficit público podia jogar algum papel na inflação. Pois bem, segundo Kandir o déficit público, em si, continua nada tendo a ver com a inflação. Porém, ele toma o conceito de "fragilidade financeira do setor público" — que está relacionado

com o déficit, obviamente — e o relaciona com o custo dos bens público-fiscais, e através deles com a evolução dos "mark-ups" desejados, e portanto com a questão distributiva e com a questão da estrutura heterogênea das economias periféricas. Com excesso de cautela, o autor adverte para a especificidade geográfica e temporal de sua análise. A mesma se sustentaria em relação a economias com um setor público frágil financeiramente e submetidas a fortes processos de ajustamento. Parece-me excesso de cautela, pois tenho a clara intuição de que, com um pouco mais de esforço intelectual, o caminho apontado por Kandir pode levar a uma generalização teórica bem maior.

Finalmente o capítulo 6. Aqui, permito-me formular inicialmente duas queixas fraternas: a primeira: o capítulo precisa ser totalmente reescrito, com calma e muita reflexão. É importante demais para permanecer em sua forma atual. É como se fosse uma estátua concebida para ser obra-prima que é apresentada ainda em seus cortes esquemáticos iniciais. Nele o autor move com extrema imaginação todos os elementos do modelo de determinação da inflação, relacionando o déficit público, o superávit operacional do setor público, a forma de financiamento do setor público, a evolução da taxa de juros e a incidência dos elementos exógenos na determinação da inflação, para mostrar como se dá o processo *endógeno* de aceleração da inflação em economias frágeis do ponto de vista do financiamento do setor público e submetidas a fortes processos de ajustamento.

A segunda crítica talvez seja superada se a primeira sugestão for aceita, mas dado que se dirige à substância da análise, deve ser mencionada à parte. O modelo assume um suposto crucial, que como toda boa hipótese é, geralmente, encontrável em alguma nota de rodapé. Refiro-me à hipótese de neutralidade da política monetária, que está mencionada em nota à página 126. Diz o autor: "neste modelo a política monetária não exerce um papel relevante na determinação da trajetória inflacionária. Meu suposto é que ela, no contexto de uma inflação crônica, tende a se imobilizar. De um lado, a expansão monetária não pode ficar muito aquém da evolução dos preços pois, se assim fosse, haveria o risco de uma séria crise de liquidez. Por outro, dada a enorme ins-

tabilidade das expectativas intrínsecas às inflações crônicas, uma expansão monetária muito além da evolução dos preços poderia reduzir excessivamente as taxas de juros. Tal redução tenderia a elevar o custo de uso dos insumos e portanto as margens desejadas de lucro e os preços, acelerando rapidamente a inflação".

Em relação a essa nota quero fazer as seguintes observações:

a) Mesmo que o governo adote uma política monetária passiva, como sugere o autor, o ajustamento entre política monetária e inflação não é instantâneo, podendo demandar certo tempo no qual pode ser muito importante analisar os possíveis efeitos de determinação e inter-relação entre os dois processos.

b) A política monetária não pode ser entendida apenas como a política de emissão de moeda corrente. As políticas de fixação dos juros e de emissões de títulos públicos fazem parte da política monetária e como tal devem ser analisadas, e não apenas como elementos do padrão de financiamento do setor público. Obviamente esses dois instrumentos da política econômica estão relacionados com a inflação dentro do próprio modelo de Kandir. O fato de o governo dispor de muito pouco raio de manobra para tratar esses dois instrumentos, do ponto de vista apenas da política monetária, em situações de fragilidade financeira do setor público e forte ajustamento não evita a questão que coloco. Apenas a complica bastante. É preciso explicar como o governo vai perdendo — até a exaustão — sua capacidade de realizar qualquer política monetária e as implicações deste fato dentro do funcionamento do modelo de determinação da inflação. Por outro lado, é preciso usar o modelo para explicar os efeitos de possíveis políticas monetárias ativas, nas etapas iniciais do processo de aceleração inflacionária.

c) Se bem possa ser demonstrado que a baixa dos juros levaria a um aumento no custo de uso dos insumos, provavelmente pelo estímulo à formação de elevados estoques, há outros efeitos contraditórios que o autor não mencionou nesta oportunidade. Se não, como entender que, apenas duas páginas após essa nota mencionada, é a elevação da taxa de juros — e não sua redução — que vem a provocar a aceleração da

inflação, via aumento no custo de uso dos bens público-fiscais?

d) Se aceitássemos a idéia de que uma elevação da emissão de moeda provoca a aceleração na inflação, tal como se lê ao final da nota, toda a tese do autor ficaria grandemente prejudicada, e completamente sem sentido esse capítulo do livro.

Na verdade, quero chamar a atenção para as amplas possibilidades de incorporar a questão da política monetária na análise desenvolvida por Kandir, aproveitando-se de um modelo que certamente tem a potencialidade de servir para o tratamento desse tema, de uma forma profunda e definitiva, tal como ele realiza em relação à política fiscal e à política de endividamento público.

Não obstante, meu entusiasmo pelo modelo desenvolvido por Kandir em seu último capítulo deve-se justamente ao fato de, pela primeira vez, permitir, com rigor teórico, juntar o que em um livro recém-editado chamei de os três desequilíbrios macroeconômicos: o desequilíbrio externo, o desequilíbrio do setor público e o desequilíbrio inflacionário (ver: *Quem Paga a Conta? — Déficit, Dívida e Inflação nos Anos 80*, Brasiliense, 1989). Antes do trabalho de Kandir nos faltava justamente o elo para ligar, numa análise estruturalista e neokeynesiana, as questões da dívida e do déficit com a inflação. Este problema agora é claríssimo na operação do modelo por ele desenvolvido. Além disso o modelo possui a simplicidade das coisas bem elaboradas, de sorte que sua operação é extremamente fácil e esclarecedora das consequências de qualquer medida de política econômica adotada.

Neste sentido, ganha uma dimensão muito grande a análise desenvolvida pelo autor ao trabalhar dentro do modelo com determinados objetivos da política fiscal. Demonstra ele com brilhantismo as limitações da política fiscal em uma situação de fragilidade financeira do setor público de uma economia submetida a forte ajustamento. Não apenas isto, o autor demonstra teoricamente que em tais circunstâncias e dimensão das medidas de política fiscal requerida para, tão-somente, eliminar a tendência à aceleração endógena da inflação seria de tal monta que o seu custo social assumiria enormes proporções: "tratar-se-ia de um reforço fiscal expressivo que obviamente dependeria de condições políticas especiais, da-

dos seus problemas redistributivos e suas possíveis consequências recessivas". Isto tudo, se os efeitos do choque inflacionário direto provocado pelas próprias medidas fiscais não acabar por anular completamente seu efeito de desaceleração da inflação.

O modelo de Kandir permite trabalhar teoricamente com algo que deduzi da observação empírica desta década e que resumi no livro mencionado: os três desequilíbrios — o externo, o do setor público e o inflacionário — estão íntima e recorrentemente relacionados entre si. Neste sentido, o tratamento de um deles isolado dos demais por medidas específicas de política econômica tende a agravar os outros dois, realimentando a médio prazo o desequilíbrio inicialmente atacado. Paulatinamente, portanto, tendem a diminuir os graus de liberdade da política econômica.

A consequência disso é que uma política antiinflacionária só terá êxito se for compreensível e tratar dos três desequilíbrios simultaneamente, como explicitiei em meu trabalho. Isto, aliás, é uma conclusão que pode deduzir-se da análise teórica desenvolvida por Kandir, mas que, ao não ser explicitamente discutida no capítulo 6, pode dar ao leitor desavisado a falsa idéia de que o autor está apenas preocupado com a política fiscal como instrumento de combate à inflação. Para que não haja dúvida de que a posição do autor não é essa, transcrevo aqui um trecho de sua análise do Plano Verão, publicada por Kandir na *Folha de São Paulo* de 13 de fevereiro de 1989:

"A lição que devemos tirar de mais esta experiência é a de que uma política de congelamento só pode ser praticada em conjunto com um efetivo acerto patrimonial do Estado. No caso do plano, pode-se dizer que foi tentada uma certa desvalorização da dívida. Contudo, como vimos, dada a sua limitação, a baixa credibilidade do governo e o forte reajuste de preços relativos, o governo está tendo que praticar uma política de juros que rapidamente esgotará o seu ganho inicial. Assim, além de não resolver o problema inflacionário, o plano tornou mais problemática a administração da conjuntura, pois a imposição do chamado imposto sobre a riqueza financeira somente aumentou o 'prêmio' exigido pela renúncia à liquidez em favor de aplicações em ativos financeiros domésticos".

Para concluir esta resenha não encontrei melhor forma do que reproduzir um trecho das conclusões do livro de Kandir (pp. 170-171):

"A situação financeira do setor público é uma variável importante na determinação da trajetória inflacionária. Contudo — e esse ponto é fundamental — é necessário entender o mecanismo de transmissão dos problemas financeiros do setor público aos preços de uma forma compatível com microfundamentos adequados ao estudo das economias capitalistas. Usualmente se considera que os preços são afetados pelo déficit público através da expansão monetária ou de pressões de custos propiciadas por elevações nas taxas de juros. Neste livro proponho um argumento inteiramente distinto, onde a dimensão expectacional dos preços exerce um papel fundamental, que passa a ser dominante no processo de aceleração inflacionária em condições de fragilidade financeira do setor público. Utilizando os concei-

tos de custo de uso e fragilidade financeira do setor público e reconhecendo que as economias têm estrutura — ou seja, compõem-se de diversos setores produtivos com diferentes padrões de utilização de insumos —, mostro que uma situação de fragilidade financeira do setor público, em virtude de seu impacto sobre o índice de custo de uso dos bens público-fiscais, desdobra-se numa aceleração inflacionária devida à pressão por mudança de preços relativos que passa a manifestar-se entre os setores com diferentes padrões de utilização de bens público-fiscais. Tal aceleração da inflação acaba tendo uma série de efeitos dinâmicos que acentuam a fragilidade financeira do setor público e a própria aceleração inflacionária".

Paulo Renato Souza é professor do Instituto de Economia da Unicamp e Reitor da mesma Universidade.

O JUÍZO DA CRÍTICA

Nas Malhas da Letra, de Silviano Santiago, Companhia das Letras, 1989, 235 pp.

José Antonio Pasta Jr.

O novo livro de Silviano Santiago põe para a crítica uma complicação singular que é preciso desde já esclarecer. O problema pode, inicialmente, ser formulado assim: no limite, o que nele se encontra de mais exposto ou, numa palavra, de mais objetivo, é a manifestação finalmente abstrata de uma subjetividade individual. Ora, esta, em si mesma, não é nem pode ser objeto da crítica. Ainda àquelas formas ou gêneros em que a manifestação da subjetividade é do próprio cânone, a crítica só tem acesso na medida em que, assumida diretamente na representação, ela se resgata da pura contingência e acidentalidade (principalmente) pelo caráter reflexivo — como na confissão e na autobiografia — ou pela configuração estética, que lhe dá valor concreto — como na lírica e no romance em primeira pessoa. E, em ambos os casos, claro está, observadas as mediações formais e o caráter representacional.

Isto posto, *Nas Malhas da Letra* evidentemente não pertence às modalidades autobiográficas, assim como não é uma realização artística. Apresenta, antes, todas as evidências empíricas de ser, até exclusivamente, um trabalho de crítica: teor objetivante e dimensão pública, postulação de temas, movimentos de análise e julgamento de valor, andamentos argumentativos, recurso variado a mediações lógicas, históricas, teóricas etc. Mas, ao fazê-lo, afeiçoa de tal modo os objetos à vontade do sujeito, conforma tão voluntariosamente a argumentação ao mesmo desígnio, esquece as mediações lógicas nele mesmo postuladas, assim como maneja propriamente *ad libitum* aquelas históricas ou teóricas que os objetos, sob a pressão de uma tal heteronomia, por assim dizer, se volatilizam. Fica-se, então, não sem alguma perplexidade, finalmente diante dos movimentos — animados e anelantes — de uma subjetividade sob a espécie da objetividade, todavia não dotada de estatuto estético. Este o paradoxo do livro. Mas se os objetos se evanescem sob a pressão da subjetividade, nem por isso esta é mais palpável. Não assumida diretamente na representação, ela é uma subjetividade que não diz o seu nome, antes procura inscrevê-lo, sem mais, nas

coisas. Embora reine, espalhada, ela permanece abscondida, tangível mas inabordável. A correspondente esfera dos objetos tampouco oferece, por seu lado, maior segurança à abordagem. Sob a pressão da subjetividade, os objetos se desrealizam, pois a perda de sua autonomia lhes dá uma presença fantasmática, evanescente. Tentar tratar deles diretamente, como seria natural ao se falar de um livro de crítica, seria dar, de saída, um valor de presença estável àquilo que a subjetividade infla e desinfla a seu gosto. Equivaleria a assinar um *contrato de leitura* cuja cláusula fundamental mandasse co-realizar irrestritamente as seqüências que a fantasia subjetiva põe e dispõe. Ora, uma tal cláusula não é, em si mesma, absurda. Ela é de regra, em certo nível, diante de uma obra de ficção. Mas é paradoxal para um livro de crítica, cujos protocolos de leitura exigem, primordialmente, uma forma de aproximação que sustente e reponha a distinção sujeito-objeto. É assim que o paradoxo do livro se repõe para a crítica, gerando a complicação acima referida: como ele não mantém internamente a distância entre sujeito e objeto, mas parece mantê-la, exige também de seu leitor que por sua vez a suprima e pareça sustentá-la, uma vez que a sua leitura fica na dependência de uma adesão subjetiva, de tipo ficcional, que no entanto redundaria em validar sua pretensão de objetividade. Sua relação com o leitor é antes do tipo transferencial do que crítico e talvez por isso o Autor prefira dizer, na apresentação, que os textos "*dramatizam*" (grifo meu) "preocupações" de sua "inquietação crítica" (p. 7). Por esse motivo não é possível tomá-lo diretamente e se faz necessário sustentar a pergunta quanto a seus protocolos de leitura e pretensões de objetividade, único modo de restaurar a distância que ele suprime parecendo conservar.

Ocorre, entretanto, que essa situação, em si mesma, não é propriamente uma novidade. Talvez fosse possível reconhecê-la, mais simplesmente, referindo essa indistinção de sujeito e objeto ao reiterado vezo nacional de substituir o trabalho do conceito por raptos metafóricos (teorias, métodos e obras fazendo, no caso, em escala ampliada, o papel das metáforas) e remetendo as intimidades e sem-cerimônia que lhe são inerentes — com a supressão de mediações que supõem — ao antigo e sempre renovado personalismo de

nossas relações sociais. A remissão não deixa de ter pertinência, como se verá, o que, de resto, só recomenda o interesse em reter a questão e procurar caracterizá-la. A quem ela não interesse, em si mesma ou nos seus desdobramentos, há sempre de parecer um intrincado alexandrinismo. A outros, o trabalho de distinguir modalidades do discurso — separando ficção e crítica, por exemplo — parecerá uma forma de aspepsia destinada a reprimir uma liberdade que fusiona os gêneros e rompe compartimentações discursivas. De fato, há poucas coisas mais antipáticas do que reprimir liberdades. Especialmente a mencionada, que sendo ultimamente "pós-moderna", já foi, anteriormente, pelo menos romântica, pós-romântica, moderna, intertextual, pós-estruturalista e cujo fôlego, no fundo, parece ser o do próprio espírito que, como se sabe, sopra onde quer, indiferente a compartimentações. Mas o próprio fôlego dessa liberdade de misturar gêneros, na verdade essencial a toda arte desde o Romantismo, se indica sem dúvida sua pertinência e seus fundamentos reais, revela também que não se pode tomá-la abstratamente, como um valor em si mesma. Tendo servido a todos os senhores (já no Romantismo serviu aos propósitos da reação e ao avanço burguês), não perdeu, por isso, a pertinência, mas se tornou necessário examiná-la em cada uma de suas manifestações. Liberdade tornada canônica, trata-se de perguntar, a cada vez, de onde lhe advêm os critérios.

É o caso de fazê-lo em relação a *Nas Mãos da Letra*. Já indiquei, acima, como a indistinção de sujeito e objeto, que lhe está na base do caráter problemático, manifesta-se e atua na intersecção de traços ficcionais e críticos. A questão da mistura de gêneros, portanto, lhe diz respeito desde a constituição de seu próprio ponto de vista. (O seu caráter *subliminar* — que não quer dizer *trucado*, com a carga de intencionalidade que supõe — é que demanda, para mostrar-se, o recurso da prova por absurdo.) O que não é de se estranhar pois, para além do livro de que se trata, a mistura de gêneros é do interesse mais geral do seu Autor e modelou vários momentos de sua obra já extensa e variada. Sirva de exemplo, talvez o mais agudo, o livro *Em Liberdade* (RJ, Paz e Terra, 1982), que sob a rubrica "romance" constrói um "diário íntimo falso" de Graci-

liano Ramos. Os casos, entretanto, não podem ser estritamente identificados. Embora nesse "romance" se manifeste em grau eminente a indistinção de sujeito e objeto (e a decorrente mistura de qualidades estéticas e traços críticos, presente de modo direto e intencionalmente polêmico na projeção subjetiva que permite dizer eu em lugar de um outro, assim como na distância suposta necessária para se mimetizar um estilo), o partido da construção é imediatamente ficcional. Além disso, a intencionalidade suposta no projeto de *Em Liberdade*, embora não o torne menos polêmico, resgata da mera acidentalidade ou da pura exorbitância o que tem de projeção subjetiva. Serviram ao Autor, nesse projeto, a noção de "pastiche" agora por ele assimilada ao "pós-moderno" e a noção derridiana de "suplemento" (cf. *Nas Malhas da Letra*, pp. 116-117 e Derrida, J., *Gramatologia*, SP, Perspectiva/Edusp, 1973). Os projetos são, portanto, diferentes e precisam ser analisados em chaves distintas, mas não há como negar que, apesar de invertidos, os mesmos termos essenciais estão presentes em ambas as equações. Algo da supressão de mediações que está nesse uso do "pastiche", do "pós-moderno" e do "suplemento" perdura em *Nas Malhas da Letra* e permite nele a projeção subjetiva que aparece sob a espécie da objetividade. Mas no seu caso, com a intencionalidade e a explicitude de menos — sobre a mesma base fusionante de elementos estéticos e críticos — a indistinção de sujeito e objeto, não sendo poesia, é folga subjetiva. Com o teor objetivante a mais, essa folga subjetiva recobre a figura do referido personalismo, que assim, ainda uma vez, fura caminho pela *tenuidade* nacional através da nossa atualização teórica e artística.

Mas, como se disse, evidentemente os textos de *Nas Malhas da Letra* não se dão como ficção. Certamente se dão como crítica. Seria então o caso de se perguntar: acaso informa estas linhas uma concepção de crítica que a definisse como sendo ou devendo ser isenta tanto de traços subjetivos quanto de elementos estéticos? De minha parte, acho que não. Ao contrário, creio mesmo que, para a crítica, tais elementos são constitutivos e, exatamente por isso, o equacionamento de ambos — que os retire do aleatório — tem para ela o valor de um raro princípio de método. Talvez não haja nenhuma forma onde melhor

observá-lo do que naquela do *ensaio*. É precisamente sob essa generosa rubrica que escolheram colocar-se os textos do livro. Será essa, então, a sua forma eletiva de "liberdade"? De fato, nessa junção difícil — cujas modalidades vimos procurando examinar — de objetividade, elementos estéticos e traços subjetivos, o leitor interessado nos problemas da crítica há de reconhecer características do ensaio. Forma entre todas livre e essencialmente crítica, o ensaio, como se sabe, fica polemicamente equidistante da teoria e da arte, das quais, entretanto, igualmente participa. Mas assim como seu parentesco com a arte é o intento, de base mimética, de compatibilizar o discurso crítico com a coisa, também sua aproximação da teoria se dá pela penetração nos objetos, não pela via da generalidade abstrata. A *fidelidade à coisa*, por assim dizer, é que define para o ensaio seu campo e lhe fornece os critérios de uma liberdade a que a fantasia subjetiva ativamente imprime movimento. Os objetos são, para o ensaio, o seu *organon*, não a subjetividade ou o método. Em *Nas Malhas da Letra* a subjetividade opera um esvanecimento dos objetos ou, dizendo melhor, promove sua aparição fantasmática. Sua liberdade — se é uma — não é a liberdade do ensaio. Aliás, as defesas do ensaio como campo por excelência para a *imaginação teórica* — algumas delas enfáticas e ilustres, como a de Adorno, de que me sirvo aqui (cf. "O Ensaio como Forma", in *T. W. Adorno*. SP, Ática, 1986) — incidem sobretudo na sua intransigência de uma forma irredutível tanto aos apriorismos do método quanto à resignação ao particular, intransigência de que a Fidelidade ao objeto é finalmente o *garant*. É precisamente por essa sustentada distância em relação à teoria e à arte, das quais participa, que o bom ensaio não se confunde com a mera mistura de gêneros. Ao contrário, ele assim contrasta e critica como um anacronismo a idéia de uma "crítica estética" cujo intento de unificar instantaneamente o que a divisão do trabalho separou e mantém separado se põe irremediavelmente a serviço das aparências de conciliação. O que pode permitir, afinal, a união integral de teoria e arte senão a supressão — idealmente realizada — da separação de sujeito e objeto? Num pólo, essa unificação pode ser nostalgia e utopia; noutra, pode ser uma forma de personalismo. E, em ambos os casos, são grandes as

possibilidades de adquirir caráter fortemente regressivo. No entanto, essa unificação de sujeito e objeto é, para a arte, do seu próprio conceito e, para o ensaio, a base mesma de sua forma. É, para ambos, irrenunciável. Não por acaso, portanto, a arte moderna só a incorpora sob regime de contradição — *spleen* e *idéal* em Baudelaire — e o ensaio a mantém sempre presente e distanciada, como um horizonte em afastamento permanente. Não dá-la como realizada — o que sancionaria uma realidade em que ela não se dá — é a sua forma de não traírem seu próprio desígnio, o mais essencial.

Creio que algo dessa tensão — que é de toda a modernidade — pressiona *Nas Malhas da Letra* e perdeu a chance de atualizar-se teoricamente em seu último estudo, de que se falará adiante, assim como parece rondar o conjunto da obra do Autor, desde sua própria oscilação entre ficção e crítica. Já pela sua simples presença, essa tensão lhe aumentaria o interesse. Sustentada, faria talvez sua força. Sustentá-la, na crítica, seria antes de mais nada garantir a objetividade do objeto. Nos textos de *Nas Malhas da Letra*, conforme acentuei, as pressões subjetivas desequilibram o jogo.

Achei que valia a pena caracterizar a questão, a meu ver fundamental no livro. Na impossibilidade de discutir cada um de seus estudos, escolho alguns que podem permitir verificá-lo, especialmente nos seus três núcleos temáticos mais importantes: o do "pós-moderno", o do modernismo e o das postulações teóricas finais. Passo apenas por alto, com alguma pena, seus dois textos iniciais, "Poder e Alegria" e "Prosa Literária Atual no Brasil", talvez até porque apresentem em estado excessivamente puro essa pressão desejante. Ambos tematizam o panorama literário brasileiro pós-64, ou contemporâneo, mas em grau de rarefação tão alto que, particularmente o primeiro, não traz qualquer menção a autor ou obra do período. O leitor fica a se perguntar: que literatura é essa que pela primeira vez desidentificou-se com o poder, criticou a aura do "carisma", "desconstruiu o conceito de alegria"? Menciona-se, no primeiro texto, apenas Caetano Veloso. Dão, ambos, mais do que um panorama do atual, a impressão de um desejo — aliás muito simpático — à procura de uma literatura. Nota-o, em verdade, o próprio crítico quando, em vista

do tom programático que vai assumindo o segundo texto — a despeito de ser um panorama —, adverte, indo significativamente da primeira do plural à primeira do singular: "Não estamos querendo com essas reflexões substituir o direcionamento da literatura a ser dado pelo romancista (...). Não me passa pela cabeça ser arauto ou profeta e menos ainda messias" (p. 28). Esticada entre *wishful thinking* e anelos programáticos, a realidade se esgarça, praticamente some — sem prejuízo de o relativo inconformismo, que esse desejo testemunha, continuar simpático e continuar não suportando prova de verdade.

Mas é em relação ao "pós-moderno" que essa pressão desejante parece encontrar seu mais forte — embora nem sempre explícito — foco de atração. Uma espécie de tropismo orienta o livro para esse lado e responde pela anamorfose de muitos dos elementos nele incorporados, que ficam repuxados nessa direção. Em parte deve-se a isso a liquidação que nele vai sofrer o modernismo, como se verá adiante, assim como a teoria anti-histórica do texto final. Seu momento mais explícito é "O Narrador Pós-Moderno", cujo intento é o de subsidiar uma "tipologia" desse narrador (p. 41). O texto reivindica-se de uma leitura de Walter Benjamin e assim como este escreveu o ensaio famoso "O Narrador", sobre a obra de Nikolai Leskov, aquele irá configurar o "narrador pós-moderno" e tomará para tanto a obra de Edilberto Coutinho. O afã nessa direção é tanto que fará saltar de Benjamin o que lá não se encontra, reduzirá a obra do estudado ao que dela é pouco representativo e fará mergulhar o *telos* almejado, o "pós-moderno", numa nebulosa petição de princípio.

No que toca a Benjamin, a leitura é pesadamente redutora. Isto se torna particularmente sensível por se tratar de uma obra que, por todos os meios, refoge à reificação da mera "aplicabilidade". Ainda mais que, no caso, a redução incide de modo especial sobre o conceito de *experiência*, justamente este, que por ser central em sua obra, indo desde os textos de 1913 até as "Teses sobre o Conceito de História", torna-se complexo e multifacetado, talvez o mais irredutível dos conceitos benjaminianos. A leitura de Benjamin, em geral, e a deste conceito, em particular, pedem uma atividade relacional que lhes restaure a complexidade constitutiva. Como uma vez

escreveu J.M. Gagnebin sobre o conceito de experiência: "Benjamin exige a cada vez a ampliação desse conceito, contra seu uso redutor" (cf. "W. Benjamin ou a História Aberta", in Benjamin, W., *Magia e Técnica, Arte e Política*, SP, Brasiliense, 1985). No estudo em questão faz-se o caminho contrário. Em primeiro lugar isola-se, de fato, o texto do ensaio até mesmo do núcleo temático dos anos 30, de que participa mais imediatamente. Em seguida, suprimem-se quaisquer possibilidades de distinção entre *experiência (erfahrung)* e *vivência (Erlebnis)*. Isto se faz já de saída, pela instalação de uma chave que nada tem a ver com a benjaminiana *experiência*: "Só é autêntico o que eu narro a partir do que experimento, ou pode ser autêntico o que eu narro e conheço por ter observado?" (p. 38). Ora, o conceito de experiência, fundamento daquele de *narrativa*, nada tem dessa "experiência concreta de uma ação" (p. 38), no sentido de *experiência pessoalmente vivida*, o que participa antes da *vivência*. Dirá Benjamin que o narrador "pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia. O narrador assimila à sua substância mais íntima aquilo que sabe por ouvir dizer)" (Benjamin, W. "O Narrador", in *op. cit.*; p. 22). Basta atentar para este ponto, entre vários outros, no ensaio, para dar-se conta de que, em Benjamin, o conceito de experiência distingue-se da vivência pessoal de um acontecimento ou da prática individual de alguma ação. Embora possa incluir a experiência pessoal, a experiência benjaminiana só se constitui enquanto tal quando vem a tecê-la nas redes da comunidade narrativa e da comunidade *das* narrativas, se é possível dizê-lo tão brevemente. Remetendo-se a tantos outros ensaios de Benjamin — "Experiência", "Experiência e Pobreza", "A Doutrina das Semelhanças", "A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica", os escritos sobre Proust, as referidas "Teses (...)", por exemplo — não restariam dúvidas. Leia-se apenas em "Sobre Alguns Temas em Baudelaire": "Na verdade, a experiência é um fato de tradição, tanto na vida coletiva como na particular. Consiste não tanto em acontecimentos isolados fixados exatamente na lembrança, quanto em dados acumulados, não raro inconscientes, que confluem na memória". Ou ainda: "Onde há experiência, no sentido próprio

do termo, determinados conteúdos do passado individual entram em conjunção, na memória, com os do passado coletivo" (cf. in Benjamin, W. et al. *Textos Escolhidos*, SP, Abril, 1975. Col. "Os Pensadores", pp. 36 e 38).

Destruída a distinção entre experiência e vivência e, na verdade, reduzida a primeira a alguns aspectos da segunda (cf. p. 39), é esta noção de experiência — assim atribuída a Benjamin — que se vai projetar como base contrastiva para a definição do dito narrador: "O narrador pós-moderno é o que transmite uma 'sabedoria' que é decorrência da observação de uma vivência alheia a ele, visto que a ação que narra não foi tecida na substância viva da sua existência. Nesse sentido ele é o puro 'ficcionalista', pois tem de dar 'autenticidade' a uma ação que, por não ter o respaldo da vivência, estaria desprovida de autenticidade" (p. 40). A confusão de experiência e vivência salta à vista e o dito narrador, portanto, corre numa pista inexistente. Se é que ele mesmo se acha sob o sol, pois, em vista do enunciado, só se distinguiria daquele que narra acontecimentos rigorosamente autobiográficos — o que transformaria em "pós-modernos" os narradores dos mitos papua, Homero, Zola, a maior parte da Bíblia e o próprio narrador de Benjamin, entre outros. No que se refere a este último autor, essa falha já na base conceitual precipitará toda uma sequência de equívocos, desdobrada por sua vez desde outro equívoco anterior, situado no próprio pressuposto de se procurar fazer "aplicação" direta da teoria benjaminiana da narrativa para construir uma "tipologia" distintiva de estilos de época.

Resulta um Benjamin meio todorovizado, antinômico com o próprio conceito de História do original. Ao assinalar o processo de desaparecimento da narrativa, o próprio Benjamin advertirá: "Porém esse processo vem de longe. Nada seria mais tolo que ver nele um 'sintoma de decadência' ou uma característica 'moderna'" (cf. "O Narrador", *cit.*, p. 201). Não o seria menos transformá-lo em "característica" "pós-moderna".

Quanto aos contos de Edilberto Coutinho, se se tomam também outros livros desse escritor, como *Um Negro Vai à Forra* (SP, Moderna, 1977) e *Maracanã Adeus* (RJ, Civilização Brasileira, 1980), torna-se notável o caráter restrito e in-

cisivo do corte que a crítica realizou. Trata-se de um escritor antes tributário de modo e matéria correntes de narrar, que em pouco se distingue (sem entrar-lhe no mérito) da média da produção de contos no período em que escreveu. O próprio crítico dirá que selecionou *alguns* contos, advertindo: "Dissemos antes: alguns contos, e sustentamos o corte. Caso contrário, haveria possibilidade de embaralhar o nosso desígnio, pois a variedade dos narradores que a ficção de EC apresenta é mais ampla que a analisada" (p. 41). Está correto, inclusive a idéia de que, ampliando-se o corte, poderia embaralhar-se o desígnio. Mas não creio que isso seja *sustentar* o corte, o que exigiria, mais do que declará-lo, fundamentar sua pertinência e alcance representativo — especialmente quando se trata, como na postulação do "pós-moderno", de sucessões históricas grandiosas, mortes e nascimentos de estilos e épocas inteiras. De resto, o que a análise finalmente encontra dentro do corte realizado — o que a meu ver foi bem observado — é, num caso, uma acentuada aproximação entre narrativa literária e jornalística e, noutro, a manifestação de um fenômeno de não-comunicação, ambas dadas como "pós-modernas". Tais coisas, no entanto, em diferentes formas e graus, estão fortemente presentes na literatura há mais de um século e a segunda delas certamente há muito mais tempo. Assim seriam também pós-modernos até mesmo o Flaubert de *L'Education Sentimentale* e talvez Petrônio. Já que se trata de apenas caracterizar-lhe o narrador, dá-se então como coisa certa e consagrada a existência de um "pós-moderno", dispensando-se o ônus de postulá-lo. Sabe-se que o ensaio toma os conceitos como lhe vêm, mas mesmo nisso o bom ensaio respeita o limite da pura petição de princípio.

Da mesma maneira, só se compreende o brusco *empacotamento* do modernismo, que o segundo conjunto de estudos do livro realiza, se tivermos em conta esse tropismo em relação ao "pós-moderno", muito acentuado nos seus dois textos mais ambiciosos. O primeiro, intitulado "Fechado para Balanço", começa dizendo que se dão "finalmente por encerrados os sucessivos ciclos de apreciações críticas do modernismo brasileiro" (p. 75). E é melhor dar um sentido pesado a esse "encerrados", porque em seguida se diz que "hoje o todo da produção modernista nos

chega como um '*objeto*'" (grifo do Autor) em estado de "acabamento final", objeto que se vai definir como "um prosaico e convincente romance, cujos fios perderam embaraços e nós (...)" (p. 76). Encerrado, acabado, inteiramente decodificado, assim surge, enfaticamente, o modernismo, sem prejuízo de já no ensaio seguinte dizer-se, com menos ênfase, o contrário: "Diria que a maioria das pessoas que conhecem bem a obra de Oswald não chegaram a ler com cuidado os textos filosóficos do autor (...)" (p. 107); ou ainda que "a postura poética de Murilo durante a guerra de 39 a 45" é "capítulo ainda muito mal estudado da nossa literatura" (p. 110). Por mais que se queira dar por acabado o modernismo, é inaceitável querer dá-lo por perfeitamente esclarecido. Nem mesmo as figuras de Mário e Oswald de Andrade, para falar dos maiores, com os vários excelentes estudos que mereceram, aparecem ainda muito inteiras e nítidas para nós. Do próprio *Macunaíma* preferiu dizer Alfredo Bosi ser "uma obra que guarda ainda nas suas dobras não poucos desafios ao trabalho de interpretação" (cf. *Céu, Inferno*, SP, Ática, 1988, p. 141). E tudo que vem depois? Há tanto de Drummond, Bandeira, Jorge de Lima, Murilo Mendes para que jamais se atentou. Há ainda tanto de prosa, mas bastaria lembrar o enigma de altitude e ambiguidade ético-estética que se cifra em Graciliano Ramos, ainda indecifrado. Mas tanto o motivo quanto o caminho desse encerramento do modernismo são visíveis no texto. Ele se teria dado em três ciclos sucessivos: um primeiro que é o ciclo de 30, um segundo, que se dá a partir do "espírito de 45" e vai até os concretistas, e um terceiro e final que é o do momento do próprio texto. Acontece que se reduz tudo que houve em 30 a Otávio de Faria, Tristão de Ataíde, Virgínio Santa Rosa e o nº 4 de *Lanterna Verde*, de um lado, e a convivência com os "autoritarismos de esquerda", do outro. Tudo se passa como se em 30 houvesse apenas liquidação do modernismo sob o signo de uma universal e absoluta negatividade, sem qualquer saldo, em vez de um prosseguimento do modernismo em um novo ciclo, agudamente crítico e sacudido pelas contradições internas que as "conversões", à direita e à esquerda, determinavam. A presença da contradição é antidialeticamente lida como pura negatividade. Se o modernismo não encontra prosseguimento no próprio ciclo

que sucede sua fase de implantação, ele está desde sempre fora da história viva e contraditória e só fez morrer, ao longo de um tempo homogêneo e vazio. Posto entre parênteses tão apertados, fica fácil empacotá-lo: 30 forneceu o papel, 45, que foi basicamente "repressivo", deu o cordão e o atual ensaio cola a etiqueta: fechado. Adiante ficará patente que esse empacotamento é antes causa do que resultado dessa falta de ar histórico: ele mostrará o seu sentido programático, pois é o crítico ele mesmo quem está propondo um "fechamento" do modernismo (pp. 87 e 88). A alternativa a esse fechamento e seu motivo chegam juntos: "Talvez o verdadeiro 'pós' possa se nutrir convenientemente do 'pré', e não do modernismo propriamente dito" (p. 88). Se o "verdadeiro pós" não é, como se viu, o que vem depois de 30, certamente será — o "pós-moderno". E o "pré", de que este se nutre, será representado por Euclides da Cunha e Lima Barreto. Ambos seriam alternativas ao modernismo na medida em que criticam, cada um à sua maneira, as "diretrizes excludentes da modernização", com as quais o modernismo teria compactuado. A razão alegada é muito simpática, mas não podia ser maior a adaptação da história literária aos desígnios do "pós-moderno": também aqui tudo se passa como se muito do que é o legado daqueles escritores "alternativos", dos quais se diz que constituem uma "tradição-sem-tradição" (p. 88), não informasse já as posturas de 30. Como se não entroncassem ambos naquela tradição que Alfredo Bosi chamou de "o fio vermelho" e que tem em 30 um de seus momentos fortes e renascentes (cf. Bosi, A., "O Nacional e Suas Faces", in *Eurípedes Simões de Paula — in memoriam*, SP, FFLCH-USP, 1983).

Do mesmo modo que nesse estudo o modernismo precisou ser radicalmente fechado, até sufocado, para o "pós-moderno" nascer, no estudo seguinte — "A Permanência do Discurso da Tradição no Modernismo" — ele precisará ser reaberto, mas apenas no que possa interessar ao — "pós-moderno". Através de uma larga resenha de Octavio Paz, será apontada no modernismo, ao lado de suas tendências à ruptura, uma tendência também às continuidades próprias da tradição. A primeira formaria uma "tradição da ruptura" e a segunda se aproximaria de uma "tradição da analogia". Contraposta à primeira, esta se

associa ao "ocaso das vanguardas" e abre para o — "pós-moderno": "acrescento que vejo, paralelamente à configuração do ocaso das vanguardas, o aparecimento da noção de pós-moderno" (cf. p. 100 e também pp. 95 e 98). Curioso é que no texto, o sentido específico para o moderno dessa "tradição de analogia" — para além dos poucos elementos surgidos na resenha de Paz — praticamente desaparece. Em si e na sua longa duração ela não é nada senão um contínuo apontar para o "pós-moderno". Essa tradição foge à História e "seu discurso poético se alimenta da problemática do eterno retorno" (p. 110). Nessa linha, não custaria pensar que se o modernismo — e antes dele o moderno — sempre obrigou, de modo tão essencial quanto contraditório, uma crítica e até uma negação da história, não faz sentido falar de "pós-moderno" quanto a isso — a menos que se datasse já do momento dito *inaugural* da modernidade, em Baudelaire, o nascimento da dita "pós-modernidade", tendo em vista a teoria das "correspondências".

No modernismo brasileiro, representantes dessa fuga do tempo histórico seriam Oswald de Andrade, por causa das utopias do "matriarcado de Pindorama", e Murilo Mendes, por causa da conversão ao catolicismo e da mudança para a Europa. O catolicismo traria um "tempo circular" e a moradia européia, além de simbólica, teria o dom de afastar do cotidiano brasileiro, facilitando um contato com uma esfera temporal universal e eterna. Deste último escritor se dirá: "(...) Murilo deixa de ser apenas um poeta para ser profeta. E não é por acaso que se transfere para Roma, onde vem mais tarde a falecer. Questão de coerência. Tinha de morrer na Europa. Eis a história de Pedro, da pedra e da eternidade" (p. 109). Bem, Murilo Mendes, como se sabe, foi-se morrer a Lisboa. O equívoco, em si mesmo, não tem maior importância, embora compreenda a irritação que causou nos amigos murilianos e Murilos. Acontece que ele é emblemático em relação aos procedimentos do livro, que afeiçoam voluntariamente os dados que incorporam, mas os apresentam coerentes e racionais como a mais pura objetividade. Há vivacidade e imaginação nisso, acredito, não má-fé, naturalmente. Todavia os objetos se esvanecem. Enfim, Lisboa ainda está na Europa, embora na ponta extrema, mas não é Roma, não tem Pedro, pedra, eternidade,

não é onde convém morrer. Questão de coerência? Creio que sim, mas da espécie da *licença poética*, que participa antes da ficção do que da crítica. No mesmo espírito, mas bem mais complicado, é, no próprio ensaio, atribuir-se sem mais ao Cristianismo, por causa da sua dimensão apocalíptica, um tempo "circular", aparentado ao "eterno retorno", quando ele é um dos mais radicais introdutores, na história do Ocidente, de um tempo irreversível.

O ensaio teórico final ("Para Além da História Social", p. 215ss) é bem mais coerente com o que constitui no livro o seu verdadeiro fundo do que parece à primeira vista — ou do que faz supor a apresentação, que o dá, antes, como autocrítico e contraditório (cf. p. 7). Nele conflui, de maneira menos ou mais implícita, o que já era subjacente no que o antecedia: a supressão de mediações conceituais do "pós-moderno", a suspensão histórica da liquidação do modernismo, a anamorfose dos objetos pela vontade do sujeito. Isto porque, bem pesadas as coisas, o que nele procura uma saída teorizante é a própria supressão generalizada das mediações e, enfim, a indistinção de sujeito e objeto. (Em estudo anterior uma "comunhão/combustão" (p. 59) de "sujeito e objeto" já havia sido defendida no que toca a leitura do poema: "já a alteridade, na linguagem poética, existe para ser transgredida" (p. 61).) Seu esquema geral é o seguinte: vão se opor dois tipos de leitura, uma "realista" e outra vinda da referida "tradição da analogia". A primeira procederia da leitura da prosa e restringe-se a ver na literatura os seus vínculos com a história social. A segunda procederia da poesia e produz um enfoque da literatura que, fundado na percepção das similitudes, abre para uma visão de sua autonomia e intemporalidade. Vai se tratar, então, de encontrar para essa abertura uma saída que não caia "num raciocínio metafísico" (p. 217). O representante desta tendência será, ainda uma vez, Octavio Paz. Roberto Schwarz, com o seu *Ao Vencedor as Batatas*, vai representar a "leitura realista", aquela que restringe e que precisa ser ultrapassada — já desde o "para além" do título.

Mas para que possa ser o monumento de prosaísmo e visão redutora que convém ao texto, o trabalho de Schwarz passará pela mais encolhedora das adaptações. Já de saída ele é reduzido às suas "origens": "Talvez a melhor forma

de abordar a obra de Roberto Schwarz seja rastreando-a nos trabalhos mais significativos de seus mestres na Universidade de São Paulo" (p. 217). Trata-se da teoria de sua gênese. Segundo essa teoria, o estudo machadiano de Schwarz nasce de um parágrafo (aliás, citado) de Caio Prado Jr., na *Formação do Brasil Contemporâneo*, sobre o trabalho livre na Colônia, e de uma "falha" na *Formação da Literatura Brasileira*, de A. Candido, a saber, a "lacuna", nesta, quanto a Machado de Assis. Embora mencione, paralelamente, M.S. de Carvalho Franco e Florestan Fernandes, porém reserva aos já mencionados o privilégio matricial. Isto posto, conclui célere o estudo: "Detectamos em Caio Prado — acreditamos — a gênese da teoria das idéias fora do lugar, que introduz e se operacionaliza na leitura de Machado de Assis" (p. 218). E adiante: "Não há dúvida de que Machado de Assis, lacuna aqui, e o trabalho livre, surpreendido ali, se acasalaram na proposta da desconstrução do liberalismo pátrio em *Ao Vencedor as Batatas*" (p. 219). Convenhamos, tem a sua graça. O estudo de Roberto Schwarz teria nascido quase como o herói das *Memórias de um Sargento de Milícias* — dos efeitos de uma pisadela e um beliscão. Como uma vez escreveu Schwarz em belo texto a respeito de Anatol Rosenfeld, completa-se também o processo de sua naturalização. A partir daí, Roberto Schwarz será mencionado por duas vezes apenas como "o discípulo" (p. 219), o que, a essa altura do campeonato, também é de primeira ordem. Não vou fazer aqui a crítica circunstanciada dessa "gênese" nem, muito menos, refazer o processo das "origens" do trabalho de Schwarz, para o que, aliás, suas próprias notas bibliográficas são fonte generosa. Mas espanta essa redução diante da evidência dos demais estudos brasileiros que importam para a constituição do seu ponto de vista, de Sílvio Romero a Mário de Andrade a Sérgio Buarque de Holanda, para ser breve. O acasalamento de parágrafo e lacuna faz sumirem também — "cai no mundéu", como diz a antiga lenda brasílica — as matrizes de uma teoria que radica nas próprias origens alemãs da Dialética, como faz tempo apontou Paulo E. Arantes (cf. "Idéia e Ideologia — a Propósito da Crítica Filosófica nos Anos 1840 (Alguns Esquemas)", SP, revista *Discurso*, FFLCH-USP, nº 6, p. 27). O verdadeiro problema, quanto a isso, talvez seja que essa redução

do trabalho de Schwarz a suas "origens", e destas a fontes mecanicamente acasaladas, banaliza a dimensão da *formação* no seu trabalho, dimensão que nele não é meramente exterior e causal, mas interior e estrutural. A internalização da alteridade — própria dessa dimensão estrutural do movimento formativo — é ela mesma um elemento objetivante em seu trabalho e, como tal, restauradora de mediações e anti-subjetivista. Banalizá-la lhe retira também esse caráter, e não sem causa. O trabalho de Schwarz só ganharia em ser discutido. Porém essa teoria da sua gênese aponta para a situação paradoxal de uma obra (situação aliás parecida com a de outros bons trabalhos brasileiros) que surge em um meio sem o qual ela seria incompreensível, mas em que não estão dadas minimamente, em escala coletiva razoável, as condições de sua apreensão. Assim recolhido o trabalho de Schwarz, dele se dirá, menos ou mais explicitamente, que aquilo que lhe interessa é a leitura da história social, que a literatura é um mero meio para isso, que ele só dá a conhecer o próprio presente da obra tal como ela mesma o "dramatiza" (p. 223). Adiante se verá que seu pecado é um só: trazer de volta, com presença forte, um mundo de mediações e de história que é preciso exorcizar.

A outra visão, a da "analogia" e de Octavio Paz, é a da harmônica e total correspondência entre o homem e o mundo. Embora em clima de mistério gozoso, ela praticamente diz a que veio: "O poeta moderno simplesmente dá voz a uma prosa que já existe na fala das coisas, constituindo um campo de saber epidérmico, profundo e autoritário, saber este que, abolindo sujeito e objeto, ou melhor, propondo como superiormente hierárquica a escrita humana, não consegue distinguir com clareza onde se rompe o elo entre as palavras e as coisas, já que tudo é linguagem" (p. 222).

Fica o problema: como a crítica pode participar desse mundo em gozo narcísico perpétuo? Na verdade — como justificar uma crítica com indistinção de sujeito e objeto? A frase de Marx sobre o duradouro encanto da arte grega lhe fornecerá o passe *materialista*. Além disso, ninguém menos que Karl Marx referendará a crítica à "leitura realista", quando diz: "no domínio da arte determinadas formas importantes dela só são possíveis numa fase inferior de seu desenvolvimen-

to". Essa "conclusão" de Marx é dita "pelo menos insólita para os nossos teóricos do realismo" (p. 224) — ou seja, para Roberto Schwarz, que os representa "emblematicamente" (p. 222). Isto sem prejuízo de este último nunca ter afirmado outra coisa, já que o descompasso que aparece na frase de Marx está no nervo mesmo do seu trabalho. Como, aliás, já estava na base mesma de toda a Estética medularmente histórica de Hegel e, em refrações diversas, na de tantos de seus leitores, os quais informam o ponto de vista de Schwarz.

Todavia o autor de *A Ideologia Alemã* apenas dá o passe. O Virgílio do estudo nesse Empíreo será o tcheco Jan Mukarovsky, em suas considerações sobre o universal na arte, num texto que é uma retomada, com leves toques historicizantes, do juízo estético kantiano. Este, como se sabe, diz que belo é o que agracia universalmente sem conceito e, portanto, inclui a pretensão da universalidade imediata de um juízo subjetivo. A adaptação feita é a seguinte: substitui-se o caráter "apriorístico" (p. 230) desse juízo kantiano pela *experiência* da obra de arte (vista enquanto tal pelo sujeito através do critério da "evidência" (p. 229) comunitariamente constituída). Em suma, substitui-se a prioridade do belo natural pela do belo artístico e o livre jogo das faculdades por um suporte comunitário do juízo. É um *abrete Sésamo*: temos de novo um diante do outro o sujeito e a obra de arte (não mais aquele "mundo") com um fluxo correspondencial unindo os dois. O quadro então se completa: a universalidade que é própria do juízo estético pode e deve passar para o discurso crítico. Enfim, a porta está aberta — (sem prejuízo de na realidade continuar mais fechada do que nunca). Liberada das distinções do conceito e do lastro das determinações históricas, a crítica pode entrar imediatamente em relação de intimidade com as obras, o que supõe, além da suspensão da História, a suspensão das diferenças entre gêneros e, evidentemente, o curto-circuito de sujeito e objeto. Se o "pós-moderno" não existir de fato, encontrou-se ao menos sua existência de direito. Igualmente, pela generalização do belo que agrada universalmente sem conceito, enfim o juízo da subjetividade individual pode conformar *ad libitum* as coisas e aparecer sob a espécie da objetividade. Por isso a prosa da história precisa morrer: para

que a poesia do sujeito possa reinar inconstada. Talvez seja bom lembrar, no meio desta era prosaica, a imediação da chamada Idade Heróica: lá, a poesia do sujeito era Beleza e Furor. Como felizmente o crítico parece ter disposições cordatas, a indistinção de sujeito e objeto aparece no livro, em geral, na sua face amena. No Bra-

sil, essa indistinção se manifestou historicamente como personalismo. A face amena deste último pode-se chamar de *homem cordial*. Mas é de sua lógica que volta e meia ele nos mostre a outra face, que de amena não tem nada.

José Antonio Pasta Jr. é professor de Literatura Brasileira na FFLCH da USP.

ENGENHO DE SEMPRE

Segredos Internos, de Stuart B. Schwartz, Companhia das Letras/CNPq, 1988, 474 pp.

Francisco de Oliveira
Luiz Felipe de Alencastro

I

Beneficiando-se de uma ativa pesquisa histórica — basta ver a alentada bibliografia de que lança mão —, o historiador norte-americano Stuart B. Schwartz oferece-nos o seu *Segredos Internos — Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. Pode-se dizer, com justiça, que esse livro é indispensável a todos que, por razões diferentes, necessitam e têm urgência de conhecimento sobre a era colonial no Brasil. O livro não "revira" a história da colônia de pernas pro ar; confirma seus predecessores, principalmente os clássicos brasileiros e portugueses e outros ingleses e norte-americanos que desvendaram os "segredos externos" da sociedade colonial: uma empresa contemporânea dos albores do capitalismo, fundada na fé, na espada e nos lucros, argamassada pelas relações de subordinação às metrópoles, pela escravidão e pelo tráfico negro. Mas, conforme seu título, tomado de empréstimo a Marx, corrige, fundamenta, esclarece e descreve as minúcias, os "segredos internos." (que melhor seriam traduzidos por "segredos íntimos") da épo-

ca, de modo que agora tem-se, sintetizada, uma história íntima que faz o par com a história aberta, ostensiva, visível. Agora, sem prejuízo das pesquisas em curso e das que ainda se desenvolverão, o par dialético externo-interno da história da colônia está posto de pé.

O subtítulo "engenhos e escravos na sociedade colonial" pode induzir o leitor a pensar que a contribuição de Schwartz refere-se apenas às regiões açucareiras da colônia: Bahia, Pernambuco, o Nordeste açucareiro, enfim. E o rigor do historiador confirma a sugestão, pois ele evita a generalização extensiva às outras partes do Brasil colonial — que não pode deixar de ser feita, não apenas pelas conhecidas articulações da região açucareira com as áreas de mineração do ouro, com os vastos sertões criadores de gado, mas principalmente pelo ferro em brasa, marca registrada da colônia: o trabalho escravo. Schwartz insiste mesmo na especificidade da escravidão no Brasil colonial, que fez o sistema escravista tão resistente, e da Abolição, cujo centenário comemorou-se o ano passado, a última a realizar-se no Novo Mundo. O segredo íntimo: toda a sociedade compunha-se de proprietários de escravos, a começar — insuspeitadamente? — pelas ordens religiosas, pelos padres, pela própria coroa portuguesa e posteriormente brasileira, pelos que eram os proprietários da produção, senhores de engenho e fazendeiros, comerciantes, advogados, juizes, militares, burocratas, homens livres, brancos de todas as categorias sociais, negros libertos e, no fim da linha, para pasmo geral, os próprios escravos. Uma marca geral, de fio a pavio, de cabo a rabo, não distinguindo homens ou mulheres; o ferro em brasa da escravidão, se ferrava fisicamente os negros escravos, ferrou moral e es-

piritualmente toda a sociedade. No que o livro ajuda a compreender o caráter autoritário da sociedade, não apenas do Estado, a arrogância, a impunidade, o "sabe com quem está falando", a projetar-se até nossos dias, desafio e obstáculo maior que se antepõe a todo e qualquer empreendimento democratizador.

Mesmo aí, para a história do Nordeste, Schwartz fornece, ao assinalar a longevidade da classe dominante dos senhores de engenho da Bahia, uma das chaves para a compreensão, no longo prazo, do que viria a ser o Nordeste desde a segunda metade do século XIX até hoje: a longevidade é quase sinônimo da ausência de profundas rupturas na sociedade nordestina, antes que elogio da proficiência dos "barões ladrões". O longo predomínio na Bahia dos Góes, Calmons, Bittencourts, Moniz Barretos, Sás, Dias D'Avilas, Viannas, Tostas, sobrenomes pretensamente aristocráticos, compõem ainda hoje nos diretórios dos grandes grupos econômicos baianos, e fazem a continuidade entre os "barões ladrões" e os modernos oligarcas e empresários industriais e financeiros. Já Evaldo Cabral de Mello, em sua belíssima trilogia, *O Norte Agrário e o Império*, *Olinda Restaurada e Rubro Veio*, havia indicado, para o caso de Pernambuco, a continuidade dos nomes dos Albuquerque, Cavalcanti, Maranhão, Cabral de Mello, e outros da "açucarocracia", enfatizando o longo predomínio. Evaldo Cabral de Mello, aliás, é um caso de um dos melhores historiadores contemporâneos do Nordeste colonial, de fora do circuito universitário, e talvez por isso não tendo seus méritos justamente reconhecidos.

O índice já é suficiente para testar a abrangência do exame — e, em muitos casos, reexame — de Stuart Schwartz. Em quatro partes e dezessete capítulos, além dos três apêndices, o Autor submete a um crivo erudito sem pedantismo toda a história colonial da região açucareira, e particularmente a do Recôncavo baiano. Da migração da indústria açucareira desde a Sicília, passando pelas ilhas portuguesas do Atlântico, até o exame das revoltas dos escravos, o livro tem tudo para culminar numa reconstrução do "sistema" escravocrata. Ao que o Autor se nega, dada a cautela própria dos historiadores, a que se aferra renitentemente. Mas com isso lhe escapa a devida articulação — talvez a única grave falha do Autor em toda a obra — entre a produção açucarei-

ra e a reprodução escravista do outro lado do Atlântico, na África. Pois esta é a especificidade da colônia do Brasil, já salientada pelo co-autor destas notas, Luiz Felipe de Alencastro: a territorialização da produção e a desterritorialização da reprodução da mão-de-obra. Diferente do Sul dos Estados Unidos, diferente das Antilhas, garantiu o domínio do fornecimento de escravos durante quatro séculos, desafiando a "Royal Navy", burlando as leis gradualísticas de abolição (*Ventre Livre*, *Sexagenária*), e sendo a característica mais marcante da "colônia entre colônias".

Aliás, a análise das demandas dos senhores de engenho — que, se lidas linearmente, sugeririam que os "barões ladrões" iniciaram uma política de mamar nas tetas do Estado que se prolonga até hoje com os usineiros — coloca precisamente o núcleo das contradições que formaram o projeto de independência — longe dos "gritos no Ipiranga" e das Inconfidências: tanto os interesses dos produtores, quanto sua articulação com os negreiros, iam no sentido da ruptura com Portugal e da não submissão à Sua Real Majestade Britânica. Numa palavra, o pacto de produção e reprodução constitutivo da específica colônia já havia antecipado, um século antes, o fim do Ancien Régime, e de sua forma no Brasil: a colônia submissa e especular.

Se a sociedade era de proprietários de escravos, para produção agrícola e para a pouca atividade industrial (aguardente e o próprio açúcar, velas, sabão, selas e outros apetrechos etc.), para o comércio, o transporte, a exportação, os pequenos mandados urbanos, percorrendo toda a estrutura de produção em sentido amplo, que construiu o consciente e sobretudo o inconsciente político autoritário, a forma de produção, a articulação entre produção aqui e reprodução da mão-de-obra "outra Atlântique", a desconstituição da família escrava (cap. 14), as limitações de casamentos e procriação — cuja "rationale" estava no controle de um suprimento ilimitado provindo da África — respondem pelas características demográficas do Brasil até hoje: o mais vasto território americano depois do Canadá é ainda relativamente despovoado. E o regime intenso de trabalho, até a exaustão física dos negros, e as práticas escravistas de importação de homens sem mulheres e crianças, os impedimentos para casar, respondem por uma demografia

de juventude, não no sentido libertário, mas no sentido da ampla base de idades jovens na pirâmide etária brasileira.

Além disso, e sem exagerar, a constituição da propriedade e da riqueza, estendida praticamente a todos — até a ex-escravos e escravos — pode responder por outra das marcas da sociedade até nossos dias: a estrutura da distribuição da renda. O tratamento dado por Schwartz, no capítulo 16, pode levar a outra conclusão: tratar-se-ia de uma sociedade sem altos índices de concentração das propriedades básicas, terras e escravos, dessemelhante neste sentido às Antilhas e semelhante ao Sul dos Estados Unidos. Mas essa leitura da concentração da riqueza no sentido horizontal, isto é, medindo-se a concentração *entre* os proprietários, segundo o tamanho das terras e o plantel de escravos, é enganadora: pois se ex-escravos e até mesmo escravos possuíam escravos, o que sugeriria uma estrutura "democrática" de riqueza, importa não esquecer, para advertir o leitor, que ex-escravos proprietários de escravos eram apenas a exceção que confirmava a regra. A outra leitura, que complementa a que faz Schwartz, é a vertical, isto é, *entre* proprietários e não-proprietários de terras e de escravos. E aí as distâncias são abissais e o sentido heurístico de propriedade da riqueza é definitivamente outro.

Mesmo se não se força, a comparação com o clássico *Casa Grande & Senzala* se impõe. É claro que Schwartz se beneficia das intensas pesquisas realizadas desde a obra de Gilberto Freyre. Mas não é só isso. Relevadas as distâncias postas pela bibliografia hoje disponível, o sentido ideológico da obra de Freyre aparece em toda sua mistificação. A escravidão "doce", impregnada de compaixão, aberta à miscigenação, sob a égide de sinhás e senhores compreensivos, se esboça irremissivelmente. Longe disso, a crueldade dos senhores se apresenta sem desfaçatez: os castigos eram a regra, e a depredação da mão-de-obra (tendo por sustentáculo o controle das reservas de africanos além-Atlântico) constitui a base do padrão demográfico negreiro: alta mortalidade, desestímulo às uniões entre os escravos, divisão de etnias como método de controle demográfico, social e político. A miscigenação que houve foi muito mais um recurso à beira da morte sexual, num povoamento branco também escasso de mulhe-

res. A história das doces infâncias cruzadas de brancos proprietários e negros escravos, dando matéria para futuras reminiscências banais, não aparece: além de quase não haver crianças negras, a ausência de contatos preparou esse desencontro. A cultura da preguiça, contribuição macunâmica de Gilberto Freyre, atribuída aos escravos, a rigor era uma cultura da produção a qualquer custo: nem os ritos dos cultos africanos originais eram permitidos, e o "recurso de método" dos africanos foi o de disfarçá-los em formas paracatólicas para sobreviverem. Mais de um fidalgo governante assinalou a necessidade de deixá-los realizarem-se, para servirem de "refrigério", de lazer, de compensação para o duro e esgotante trabalho. Ainda assim, a repressão se abateu sempre sobre os cultos. Se eles sobreviveram, para acolherem agora a busca do sagrado pelas classes médias dessacralizadas, invertendo mesmo o sentido das primitivas religiões, deve-se isto aos próprios escravos e nunca aos senhores.

A empreitada da fé pouco resiste também. Desde o fato de que a peça central dos estudos de Schwartz é a análise do Engenho Sergipe, propriedade dos jesuítas, até a recusa do batismo aos negros, passando pela resistência dos proprietários em observarem os dias santos, não permitindo a assistência dos escravos ao próprio culto católico aos domingos porque interferia na dedicação exclusiva ao trabalho, o que sobra não é propriamente um monumento à expansão da fé nessas paragens, mas um monumento ao lucro. Nenhuma das mistificações sobre a escravidão no Brasil resiste a esse minucioso exame, e principalmente *Casa Grande & Senzala*. O clássico de Gilberto Freyre passou a prova da história, sendo uma das vigas-mestras de uma certa vertente ideológica conservadora sobre a formação brasileira; aliás, poucas obras conseguem essa façanha. Mas, pela sua própria datação e seu posterior caráter ideológico, não auxilia nem fecunda mais a pesquisa sobre a sociedade colonial no Brasil. Por contraste, a obra de Schwartz tem tudo para continuar formando e informando os que fazem esse trabalho, oferecendo, ademais, um outro ângulo, onde uma verdadeira compaixão se insinua por entre a cautela, o rigor e o distanciamento do Autor, que não a quis transformada numa catilinária.

Não escapará ao leitor o amoroso cuidado com que ele descreve as condições de vida dos escravos, seus temores, a amargura de vidas sem laços sexuais e amorosos, a ausência de filhos, a permanente sensação de desterro, a dura espoliação, o estigma. Numa narrativa contida, mesmo quando está tratando das rebeliões dos escravos contra o sistema, o Autor procura não colocar suas preferências acima da evidência histórica. Mas mesmo assim, é impossível não reconhecer um tratamento, repetindo, amoroso: e o recurso minucioso aos nomes e às histórias dos escravos combina as excelências de um rigoroso trabalho científico à percepção e compreensão de que, afinal, é de vidas que a história se faz, é de homens e mulheres estraçalhados por um duro sistema que se está tratando. Na combinação desse rigor com essa paixão contida, a obra de Stuart B. Schwartz dá o grande salto, que nem toda obra científica consegue: a passagem para o nível de uma grande obra, em que desponta a liberdade de um grande intelectual sobre seu objeto.

Francisco de Oliveira

II

O livro de Stuart Schwartz, a tese de doutorado de Katia Mattoso (*Au Nouveau Monde: une Province d'un Nouvel Empire, Bahia au XIX é me Siècle*, Paris, 1986) e a obra de Pierre Verger (*Fluxo e Refluxo do Tráfico de Escravos entre o Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos*, Ed. Corrupio, 1987) formam um tríptico que imprime à história da Bahia um relevo excepcional, não só no Brasil, como em todo o campo historiográfico americano. Esses três baianos adotivos — vindos de Minneapolis, de Atenas e de Paris — mergulharam no Recôncavo para pensar a Bahia. Verger seguiu os navios negreiros que trouxeram ao Brasil dois terços dos baianos. Stuart Schwartz escarafunchou arquivos municipais e ultramarinos para penetrar nos séculos XVII e XVIII, período de formação da sociedade e da economia baiana. Katia Mattoso dedicou-se ao século XIX, quando a Bahia abandona seu destino atlântico e africano e cede ao charme duvidoso do mar do Sul e dos imperadores do Rio de Janeiro.

O editor brasileiro, tendo encontrado em Laura Teixeira Motta uma excelente tradutora, optou com felicidade pelo título do manuscrito, *Inners Secrets*, preterido pela Cambridge University Press, que deu à edição original do livro de Stuart Schwartz (1985) um título mais acadêmico e pesado (*Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society — Bahia 1550-1835*). Assim, o título da edição brasileira é tirado da citação de Marx colocada como epígrafe do livro: "é sempre a relação direta dos donos das condições de produção com os produtores diretos (...) que revela o segredo mais íntimo [the Inners Secrets], a base oculta de toda a estrutura social (...)". Na realidade, as relações de Stuart Schwartz com o marxismo são curiosas, ao menos em seu nível mais linear. No prefácio o Autor escreve: "Este é, pois, um livro que procura colocar o trabalho em seu devido lugar, como determinante principal da sociedade escravista, e compreender os grupos, instituições e interações sempre no contexto das relações sociais de produção presentes no engenho. As peculiaridades desse sistema produtivo e a organização e os requisitos da mão-de-obra constituem-se em um ponto de partida analítico. Porém o leitor descobrirá que não obstante eu tenha mantido as considerações econômicas em primeiro plano, procurei também dar aos fatores culturais e ideológicos a devida atenção. Este livro não é uma análise 'marxista', embora eu tenha observado atentamente as interpretações de Marx e de alguns de seus seguidores sobre as sociedades, em especial acerca do desenvolvimento histórico das sociedades européias nos primórdios da era moderna". O leitor julgará por si próprio a que campo analítico com ou sem aspas pertence *Segredos Internos*. Sem divisar entretanto a repercussão dessa opinião em Maringá ou em Minneapolis, os dois autores dessa resenha pensam que *Segredos Internos* ilumina o campo da historiografia marxista sobre o Brasil.

A respeito do melindroso problema das traduções, é preciso marcar aqui posição sobre textos portugueses e brasileiros vertidos para línguas estrangeiras e posteriormente traduzidos para nosso vernáculo. Trata-se de prática relaxada e pouco civilizada que retrata nosso atraso intelectual. Entre muitos outros, o livro magistral de Charles R. Boxer, *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola*, editado em 1973 na coleção "Bra-

siliana", foi vítima desse disparate. Todas as citações, inclusive as do padre Antonio Vieira, são traduzidas da versão inglesa. Como a edição brasileira não traz nenhuma advertência sobre a burla, boa parte dos leitores ficará achando que o padre Antonio Vieira é um troca-tintas qualquer. Além de contribuir para avolumar a onda de anal-fabetismo que invade nossas faculdades, esse expediente falseia a compreensão dos documentos. No livro de René A. Dreifuss, *1964: A Conquista do Estado* (Vozes, 1981), os tradutores escrevem: "o livro contém citações originalmente em português que o próprio Autor verteu para o inglês e que, posteriormente, traduzimos para o nosso vernáculo, razão pela qual nos responsabilizamos pela equivalência semântica, mas não asseguramos ter havido uma tradução *verbo ad verbum*". Se editores e leitores brasileiros dão-se por satisfeitos com a "equivalência semântica" de textos escritos em sua língua materna, então é melhor alfabetizarmos nossas crianças diretamente em inglês ou esperanto, reservando nosso idioma para cantigas de ninar e namoros brejeiros. Em *Fluxo e Refluxo*, Pierre Verger não só introduziu todos os originais portugueses e brasileiros, como também ampliou as citações, enriquecendo a edição brasileira de seu livro, inicialmente publicado na França. Stuart Schwartz seguiu o caminho de Verger, orientando sua tradutora brasileira sobre os termos técnicos e as citações originais. Cometeu uma só distração ao basear-se na versão inglesa da obra de Gandavo, em vez de recorrer ao texto original. Gandavo escrevia em 1570 no clássico *Tratado da Terra do Brasil*: "se estes índios não foram tão fugitivos e mudáveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil". Na tradução da versão essa frase acaba assim: "se os índios não fossem tão caprichosos e dados à fuga, a riqueza do Brasil seria incomparável". Nesse váivém pela língua inglesa perdeu-se o delicioso quinhentismo do mais-que-perfeito do subjuntivo e introduziu-se um tom anacrônico: a fala de Gandavo, tal como está transcrita na edição brasileira do livro (p. 45), mais parece declaração de um subempreiteiro da Transamazônica. Que diriam os *brazilianists* se um historiador brasileiro citasse, em inglês, Hakluyt (autor inglês do século XVI cuja obra faz propaganda da América inglesa, tal como Gandavo o faz para a América portuguesa), a partir de uma tradução da versão brasilei-

ra? Fora essa leve "equivalência semântica", a edição brasileira se ressentia ainda da ausência da lista de mapas, gráficos e tabelas que figura utilmente no índice da edição americana. Será fácil reparar esses pequenos pontos na próxima edição de *Segredos Internos*.

O livro revoluciona a história econômica e social do período colonial, fornecendo séries de preços, salários, produtos, medindo estruturas demográficas, sociais, raciais e ocupacionais, fazendo comparações e análises até então impossíveis de serem realizadas. Indiretamente, transpõe a importância das revistas especializadas americanas na elaboração do livro. Quase todos os capítulos resultam de artigos que o Autor publicou nessas revistas, onde apresentou tabelas e argumentos que foram discutidos pelos especialistas antes de serem incorporados, devidamente enriquecidos pela crítica, a *Segredos Internos*. Nada a ver com a prática, comum entre nós, onde lucubrações isoladas se transformam em livros, sem o indispensável crivo científico das revistas e dos seminários especializados.

O capítulo 3, sobre a transição do trabalho escravo indígena ao trabalho escravo africano, oferece, pela primeira vez, bases empíricas para o esclarecimento de uma questão que fez correr muita tinta entre historiadores e economistas. Introduzidos nos engenhos como mão-de-obra especializada, os africanos, multiplicados pelo tráfico negreiro previamente montado no Atlântico, substituem indígenas menos produtivos e cada vez mais raros por causa das epidemias.

Para se apreciar o impacto da reconstrução estatística e histórica que *Segredos Internos* oferece, é bom lembrar que no nível microeconômico só se dispunha de poucos estudos sobre a contabilidade dos engenhos, geralmente baseados em alguns anos produtivos do engenho de Sergipe do Conde. Schwartz não só completou e corrigiu os dados desse engenho (tabelas 21 e 23), como também coletou e comparou os custos de 10 outros engenhos (dois dos quais pertencentes aos Beneditinos) e as contas de dezenas de lavradores de cana do século XVIII (tabelas 19, 20, 22, 24 e 26). Dessas novas séries, decorre que o peso da terra e dos escravos no investimento inicial dos senhores de engenho e dos lavradores de cana é bem mais importante do que pensavam autores como Frédéric Mauro ou Cel-

so Furtado. O peso relativo da conta "escravos" seria maior ainda se fosse feito o cálculo que certamente estava presente na cabeça dos senhores de engenho e lavradores: a adição do item "alimentos" ao item "escravos" e a correlação entre o item "transportes" e o item "terras". Quanto aos ciclos longos da produção, são apresentados, pela primeira vez, *trends* seculares dos preços e das exportações açucareiras baianas. Vê-se que após o primeiro tomo de 1629, causado pela guerra holandesa, os preços se recuperam para cair de novo só no fim do século XVII, em consequência da grande crise atlântica. No século XVIII, à exceção da queda entre 1720 e 1740, provocada pelo estrangulamento das viagens da Frota e pela concorrência mineira na compra de escravos, os preços continuam altos e aumentam consideravelmente lá para o fim do período (p. 152 e apêndice C).

Esses quadros configuram a fantástica obstinação dominadora da oligarquia baiana e pernambucana, que Evaldo Cabral de Mello chama de "açucarocracia". Desde o início do século XVII os proprietários choramingam. Gemem por causa da falta de terras, lenha, escravos e chuvas, contra o excesso de produtores, friagens e fretes, para pedir garantias, proteções, de Lisboa, da Guiné e do Rio de Janeiro. A partir de 1612 a açucarocracia da colônia goza do chamado "privilégio do senhor de engenho", que impede a execução de hipotecas e autoriza os credores a arrear somente parte do açúcar. Apesar do que se escreveu, a decadência do açúcar brasileiro, por causa da concorrência antilhana iniciada na década de 1630, foi mais aparente que real. Bastava que uma guerra na Europa ou um tumulto no Caribe atrapalhasse seus rivais, para que o Nordeste açucareiro se pusesse de novo de pé. Entre os ciclos de exportação, os senhores jogavam com várias opções. Podiam vender as terras longínquas ou menos férteis ou alugá-las para os lavradores. Podiam moer menos cana dos lavradores, diminuir a própria área cultivada dos engenhos, vender localmente melado e cachaça. Não pagando dízimo, esses dois produtos também não eram divididos com os lavradores e davam aos senhores de engenho um lucro cíclico importante. Schwartz enfatiza a importância desses lavradores de cana, que constituem um traço distintivo da economia açucareira brasileira, com rela-

ção às *plantations* antilhanas. Fica claro que são os lavradores que recebem o tranco mais forte durante as crises açucareiras, amortecendo o impacto destas sobre os senhores de engenho. Enfim — mas aqui nos afastamos da análise do Autor — os produtores baianos contavam com um produto estratégico para neutralizar a alta dos preços do tráfico negreiro: o tabaco. Por essas e outras é que a açucarocracia sempre domina a região. Vale também lembrar que o açúcar permanece na posição de produto de maior valor na pauta das exportações brasileiras até o começo do século XIX, mesmo durante o auge da exploração aurífera em Minas. O historiador do futuro agregará ao estudo da perpetuação dessa classe fênix o ciclo recente do Proálcool, e o que virá em seguida, a engorda de bois com o bagaço da cana, porta aberta para os usineiros darem mais uma pirueta, tornando-se invernistas de gado. Sempre, ou quase sempre, esse longo conforto fundou-se em vantagens concomitantes ou simultâneas: trabalho compulsório ou mão-de-obra barata, subvenções oficiais e reservas de mercado. Mas é preciso explicar, e aqui Schwartz oferece um novo elemento sobre nossa cultura, que esse conforto não significava luxo. Ao contrário do que imaginam os decoradores das novelas, que confundem casarões de Recife com palácios de Veneza, a casa-grande era quase sempre uma modesta morada. Ser rico era possuir quinze escravas cozinheiras para fazer um gordurento assado. Não se serviam, pelo Brasil afora, iguarias européias em porcelana da China. O elemento ostentatório residia no controle do trabalho compulsório e não na disponibilidade de mercadorias de luxo.

Referindo-se à onipotência senhorial na distribuição de funções e tarefas dos cativos medievais, Marc Bloch ensina que a arbitrariedade constitui uma categoria fundamental do escravismo (Marc Bloch, *La Société Féodale*, 1939, Paris, 1968, p. 357). Roberto Schwarz demonstrou como o mecanismo do favor também norteia as relações entre proprietários e não-proprietários no seio da população livre na sociedade escravista brasileira. *Segredos Internos* oferece fundamento empírico a essas interpretações ao demonstrar a alta rotatividade entre os operários especializados dos engenhos e os lavradores de cana dependentes dos senhores de engenho (p. 263). A fra-

gilidade de direitos, de funções, de profissões entre os dependentes dos proprietários é consubstancial ao sistema. Sobretudo numa sociedade escravista como a brasileira, onde a divisão social do trabalho é periodicamente demolida e refeita pelo fluxo de energia humana pilhada na África. Quando os salários dos artesãos livres encarecem, os senhores utilizam seus próprios escravos qualificados (processo observado por Schwartz no engenho de Sergipe e nos engenhos dos beneditinos durante o século XVII). Quando o custo desses escravos aumenta, mais escravos do campo são treinados. Quando, enfim, a demanda global de cativos se avoluma, os traficantes entram em ação. Nesse contexto, a qualificação profissional do cativo consolida o escravismo, em vez de ameaçá-lo. O mesmo ocorre com o mecanismo da alforria, verdadeiro "stakhanovismo" do sistema escravista. Como escreve Schwartz: "Se os cativos acreditassem que a passagem de escravo a cidadão, ou de escravo a empregado, era verdadeiramente uma possibilidade ao seu alcance, seu desespero abrandava-se" (p. 264). No decorrer desse processo emerge a mais importante obra de engenharia social arquitetada pela classe colonial luso-brasileira: a invenção do mulato. Trata-se dos procedimentos formais e informais da camada dominante branca que, tendo em vista o controle e a organização do trabalho, tornam os indivíduos de filiação mista socialmente privilegiados em relação aos indivíduos negros (cf. L. F. de Alencastro, "Geopolítica da Mestiçagem", *Novos Estudos Cebrap*, nº 11, pp. 49-63). Schwartz calcula que os mulatos receberam 45% das alforrias na Bahia entre 1684 e 1745, embora representassem menos de 10% da população cativa. Da mesma forma, constituindo apenas 6% dos cativos dos engenhos, os mulatos ocupavam mais de 20% das funções de supervisão, de artesanato e domésticas no século XVIII, o grosso do trabalho dos campos sendo executado pelos escravos negros (tab. 13, pp. 137 e 278). Parafraseando Simone de Beauvoir, no Brasil de ontem ninguém nascia mulato, mas alguns afro-brasileiros eram deliberadamente transformados em mulatos.

Os capítulos 13 e 14 avançam enormemente o conhecimento sobre a família escrava e inspirarão, por muito tempo, nossa reflexão sobre o Brasil. O Autor parte de uma afirmação de Flo-

restan Fernandes: "a sociedade (...) escravocrata brasileira (...) sempre procurou impedir o florescimento da vida social organizada e da família como instituição integrada no seio da população escrava". Situando essa análise ao lado das que foram formuladas pelos norte-americanos Frazier e Moynihan, Stuart Schwartz critica os autores que vêem a família escrava em termos de "patologia social, relacionando o comportamento dos cativos diretamente ao poder dos senhores e não deixando nenhum espaço para os escravos como agentes". Schwartz toma precauções para evitar julgamentos normativos e deixar patente os limites que a sociedade escravista fixava à organização familiar dos cativos. Mesmo assim, é importante formular algumas ressalvas.

Henry Koster, autor de *Travels in Brazil* (1817) é repetidamente citado nesta parte do livro. Mas Koster deve ser usado com prudência nessa matéria, pois era um militante abolicionista, altamente interessado em provar a viabilidade de um mercado de trabalho regular, e portanto de uma vida familiar normalizada, nas sociedades pós-escravistas. Panfletos que redigiu na mesma época deixam isso claro. (Devo a informação a Manuela Carneiro da Cunha, autora de estudo inédito sobre os panfletos de Koster.) Decerto, uniões consensuais eram generalizadas no Brasil, tanto na população escrava como na livre. Contudo, nessas uniões como nos casamentos, havia uma diferença radical entre os cônjuges livres e os cativos: o controle dos pais sobre seus filhos, que existia só no primeiro caso, não no segundo. A negação de descendência é constitutiva da condição de escravo. Nesse sentido a escravidão é, por essência, um sistema contraparental (cf. Claude Meillassoux, *Anthropologie de l'Esclavage*, Paris, 1986). Só no contexto da legislação emancipacionista da segunda metade do século XIX é que apareceu uma lei proibindo a partilha de famílias escravas. Como outros autores, Schwartz fala dos casamentos de escravos sem ressaltar que tais uniões — mesmo realizadas dentro das mais perfeitas regras — não comportavam os direitos e garantias civis inerentes ao casamento de cônjuges livres. Em sua fundamentação jurídica, o casamento é um contrato legal entre dois indivíduos pressupostamente livres ou libertos, isto é, capacitados a firmar contratos em seu próprio nome. Esta é a doutrina fixada pelo tratadista-

ta Teixeira de Freitas em sua *Consolidação das Leis Civis* (2. ed., 1865). Na mesma época, Perdigão Malheiro explicava que aos casamentos entre escravos "o Direito Civil (...) quase nenhuns efeitos, em regra, lhes dá" (art. III, § 30).

Temo também que o relevo emprestado à predominância da família nuclear seja o resultado de uma falácia ecológica embutida na tabela 48. Famílias compostas de homem, mulher e filhos podiam esconder sistemas "exóticos", como os sistemas matrilineares, matrilocais ou avunculares (p. 323). Pensar que a vida familiar escrava só podia concretizar-se sob um sistema domiciliar e parental análogo ao dos americanos e brasileiros de hoje me parece um exagero tão "ideológico" como o que foi detectado na afirmação de Florestan Fernandes. É justo desmentir a crença de que a escravidão eliminava a possibilidade de os cativos tornarem-se agentes de sua própria história. Sob a condição de se admitir que os sistemas de parentesco, como as linguagens humanas, só têm caráter normativo para a própria sociedade que os concebeu. Se nas zonas emigratórias portuguesas a família extensa era dominante, se na maioria das regiões de tráfico africanas a poliginia era a norma, por que cargas d'água iriam os cativos fundar no Brasil colonial a família nuclear hodierna? O Autor sabe desses senões e nota: "Seguramente a 'família' estendia-se muito além dos limites de qualquer unidade residencial". Entretanto, sua análise quantitativa retorna pendularmente ao prumo dado pelo modelo da família nuclear.

Ao descrever (cap. 4) Salvador e o Recôncavo dos séculos XVII e XVIII, Schwartz revela sua intimidade com a região e com o período que estuda. A especialização num período, num território dado, forja os grandes historiadores e separa irremediavelmente as obras de uns e de outros: Braudel será sempre o demiurgo do Mediterrâneo na época de Felipe II, Wallerstein será só Wallerstein. Quando essa especialização se junta à paixão temperada, mas constante, como na relação intelectual que une Stuart Schwartz à Bahia, nascem os grandes livros. Desse envolvimento do Autor com o ecossistema do Recôncavo surgiu, talvez, o clima narrativo que envolveu em brumas o alto-mar e diminuiu, ao longo dos capítulos, o horizonte histórico da outra metade da Bahia: a Costa da Mina. O corte radical que sepa-

ra o escravismo brasileiro e o de outras colônias americanas é a longa e volumosa punção que os escravocratas daqui exerceram sobre as populações africanas. A diferença essencial entre a Bahia e as regiões escravistas brasileiras é que os baianos financiaram e organizaram seu próprio tráfico negreiro, graças à produção local de tabaco. "Foi a produção de açúcar que deu à Bahia, e especialmente ao Recôncavo, sua razão de ser e que criou sua sociedade característica", escreve Schwartz. O açúcar, claro, mas também o tabaco.

"A despeito do louvável trabalho de muitos estudiosos, a história do tráfico negreiro baiano ainda está por ser escrita, carecendo de documentação, especialmente para o período anterior a 1700", explica o Autor. A ausência de documentação anterior a 1700 é real, mas é difícil dizer, desde a publicação de *Fluxo e Refluxo*, em 1968, que a história do tráfico negreiro baiano "ainda está por ser escrita". A principal deficiência do livro de Verger — que o Autor cita uma única e solitária vez nas 474 páginas de *Segredos Internos* — reside justamente na parcimônia de suas análises. Verger deixou-se intimidar pela excepcional documentação que reuniu, abrindo assim espaço para que outro historiador desse ao seu trabalho toda a glosa que merece. Esse historiador poderia, deveria, ter sido Stuart B. Schwartz.

Decerto, o tráfico negreiro é frequentemente considerado no livro e diretamente abordado no capítulo 13. Mais ainda, o capítulo 17 — sobre as revoltas de escravos na Bahia — comporta, na linha esboçada por Pierre Verger, uma penetrante análise da história sincrônica das duas metades do sistema produtivo baiano: o Recôncavo e a Costa da Mina. Minha frustração nasce da constatação de que o Autor evita constantemente fazer a junção entre a história baiana e a história africana, através do tráfico negreiro, contornando uma problemática que mexe com cada um dos capítulos de *Segredos Internos*. Entendo perfeitamente que Schwartz tenha limitado suas incursões à conjuntura do mercado açucareiro europeu, evitando, por exemplo, entrar na saturada discussão sobre a recessão geral da segunda metade do século XVII. Não atino porém por que *Segredos Internos* não dimensiona todo o impacto dos interesses negreiros baianos na so-

cidade e na economia do Recôncavo, assim como a penetração política e comercial baiana na Costa da Mina.

Na nota 114 do capítulo 7, são rebatidas as afirmações de J.H. Galloway, sobre as exportações de tabaco para a África, que teriam permitido que os produtores baianos neutralizassem a alta dos escravos no século XVIII. Schwartz argumenta que as ligações entre os produtores de tabaco e os senhores de engenho ainda não foram demonstradas. No capítulo 4 é notado ainda que a produção de açúcar e a de tabaco estavam geográfica e socialmente separadas no Recôncavo. Aparentemente, o Autor estima que estes seus argumentos são suficientes. Não creio, absolutamente, que tenha ficado quites com o assunto. A conexão do açúcar, do tabaco e do tráfico era tecida pelas mãos dos negociantes baianos. Para seus rivais ou parceiros do Daomé, do Caribe, de Londres, de Lisboa, do Porto e do Rio de Janeiro, a Bahia era um gigante com duas botas de sete léguas: o açúcar e o tabaco, que servia para comprar os escravos, produtores diretos do açúcar. Admitindo, por absurdo, que todos os africanos trocados por tabaco tenham ido somente para as fazendas dos plantadores de fumo, os senhores de engenho ainda tinham um ganho líquido e certo: o dinamismo comercial, a construção e manutenção de uma frota negreira regional, o virtual monopólio do tráfico em alguns portos da Costa da Mina e do Benim só se oferecem à Bahia — e à açucarocracia — após a conquista da África pelo tabaco do Recôncavo.

Schwartz calcula que por volta de 1750 eram precisos apenas três anos e meio para que o escravo rendesse aos senhores de engenho do Recôncavo uma quantia equivalente ao seu preço de compra e manutenção anual. Duvido que outros senhores brasileiros tenham conseguido, nesta ou em outras épocas, um retorno tão rápido de seu investimento. Me parece também impensável que esse alto lucro pudesse ser obtido sem as vantagens assinaladas acima, proporcionadas pelo tráfico negreiro, *ergo*, pelo tabaco. Consequentemente, estou convencido de que os gráficos 3 e 4 do capítulo 7 (pp. 164 e 167) — assinalando uma alta da exportação de tabaco para a África, quase paralelamente à alta do preço dos escravos com relação ao do açúcar — têm consequências contraditórias que embargam as

conclusões do Autor. Em suma, acho que Galloway, no fundo, tem razão.

Na resposta a Galloway, Schwartz indica ainda, como fator de encarecimento dos escravos na Bahia, as reexportações de cativos para Minas Gerais (mas só dá cifras sobre as reexportações de Pernambuco para Minas). O fato é que os baianos resistiram constantemente à concorrência dos escravistas mineiros. No Rio de Janeiro, os negociantes locais, aliados à Câmara de São Paulo de Luanda e à Câmara de São Paulo de Piratininga (da qual dependia então Minas Gerais), percebem, desde 1703, que o tráfico negreiro é um importante vetor comercial autônomo. Dissociam-se então dos senhores de engenho fluminenses — que pretendiam continuar tendo a prioridade na compra de africanos — e estimulam o tráfico interno para a zona aurífera. Em 1733, ao estudar o sistema tributário da colônia, Alexandre de Gusmão nota que um escravo saído da Bahia e de Pernambuco para Minas Gerais pagava o dobro das taxas pagas pelos que iam do Rio de Janeiro ao mesmo destino, Além disso, o transporte terrestre de cativos pela Bahia levava o dobro do tempo gasto pela estrada do Rio. Estas barreiras geográficas e tributárias explicam a preeminência do tráfico do Rio, com relação ao da Bahia e de Pernambuco, no fornecimento de escravos para as regiões mineiras. Nessa ordem de idéias, o ponto capital reside no fato de que a duplicação das taxas baianas sobre os escravos vendidos às minas tenha sido solicitada à Corte pela própria Mesa do Bem Comum dos Negociantes da Bahia, fundada em 1723 pelos negreiros baianos. Isto é, enquanto os traficantes do Rio viviam as costas aos fazendeiros fluminenses e abriam o comércio para Minas Gerais, os da Bahia amarravam-se mais ainda à agricultura do Recôncavo.

Na realidade, a Mesa (não mencionada em *Segredos Internos*) constituiu a mais articulada empresa de defesa de interesses brasileiros, na sua vertente baiana, durante o período colonial. Mesmo depois da extinção da Mesa por Pombal, em 1757, os negociantes baianos continuaram controlando o comércio africano. Graças ao tabaco, é certo, mas também ajudados pelos laços comerciais e políticos reais e concretos que existiam entre a Bahia e a Costa da Mina. João de Oliveira, ex-escravo baiano que chega à Costa da Mina em

1733, foi o fundador de Porto Novo e de Onim, a atual Lagos, capital da Nigéria. O que fazia João de Oliveira? A mesma coisa que farão em seguida, entre outros, os três irmãos Jambo, Domingos José Martins, e Francisco Félix de Souza, o célebre "Xaxá": trocava tabaco baiano por escravos da Mina e do Benim. Em sentido inverso, quatro embaixadas dos reis do Daomé, duas dos reis de Onim e uma do rei de Ardra atravessaram o Atlântico em direção à Bahia, entre 1750 e 1823, para tratar da troca de escravos por tabaco (cap. VII de *Fluxo e Refluxo*). Pombal consegue jogar a rede do monopólio metropolitano em todo o comércio externo brasileiro ao norte do rio São Francisco, mas é obrigado a recuar na Bahia, diante da força do negócio negreiro regional. Em 1779, quando a Revolução Americana demonstra — fato inédito na história moderna — que as colônias do Novo Mundo podiam tornar-se independentes; quando Lisboa, por causa disso, soa o alarme e prepara um arrocho na administração da colônia brasileira, Martinho de Mello e Castro, o último ministro "ilustrado" após a queda de Pombal, manda suas instruções ao Marquês de Valença, nomeado governador da Bahia: "É constatado que o tabaco do Brasil é tão necessário para o resgate dos negros quanto os mesmos negros são precisos para a conservação da América Portuguesa. Nas mesmas circunstâncias se acham as outras nações que têm colônias; nenhuma delas se pode sustentar sem escravatura e todas precisam do nosso tabaco, para o comércio de resgate. Nessas circunstâncias (...) sem fazermos a menor reflexão nos gravíssimos inconvenientes que podiam resultar a este Reino [Portugal], em deixarmos o comércio da Costa d'África entregue nas mãos dos americanos [brasileiros] lhes permitimos, particularmente aos habitantes de Bahia e Pernambuco, uma ampla liberdade de poderem fazer aquela navegação e negociar em todos os portos daquele continente [da África], não nos lembrando de acordar ao mesmo tempo aos negociantes das praças deste Reino, alguns privilégios, graças ou isenções, para que na concorrência com os ditos americanos nos referidos portos da África, tivessem os portugueses a preferên-

cia, da mesma sorte que a capital e seus habitantes o devem sempre ter em toda a parte sobre as colônias e habitantes delas. Resultou deste fatal esquecimento ou descuido que, havendo na Bahia e Pernambuco o tabaco, a geribita ou cachaca, o açúcar e alguns outros gêneros de menos importância próprios para o comércio da Costa d'África, e não os havendo em Portugal, com eles passaram os americanos àquela Costa, nas suas próprias embarcações e lhes foi muito fácil estabelecer ali o seu negócio, excluindo inteiramente dele os negociantes da praça do Reino".

Esse texto — que considero o mais importante do período colonial brasileiro — é o ato de falência do "pacto colonial" e o marco da inflexão que levará à Independência e à estruturação do Império do Brasil. A designação de "americanos" dada aos brasileiros aparece aqui pela primeira vez, salvo engano, em um documento oficial português. Em suma, os colonos do Brasil deixam de ser portugueses e tornam-se "americanos" quando controlam o comércio africano. Ou seja, a entificação dos brasileiros só se concretiza quando os escravistas lusófonos da América controlam as zonas de reprodução de escravos da África portuguesa. O documento de Martinho de Mello Castro, que está no coração do período e da trama histórica de *Segredos Internos*, não é mencionado, não é pensado por Schwartz.

Outros pesquisadores, que se apaixonarão pela civilização do Nordeste açucareiro após terem lido Stuart Schwartz, seguirão os seus passos e poderão até ir mais longe. Mas sempre saberão que *Segredos Internos* marca, como escreve acima Francisco de Oliveira, "a passagem para o nível de uma grande obra, em que desponta a liberdade de um grande intelectual sobre o seu objeto".

Luiz Felipe de Alencastro

Francisco de Oliveira é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH da USP e pesquisador do Cebrap. Já publicou nesta revista "O Surgimento do Antivalor" (Nº 22). Luiz Felipe de Alencastro é professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Cebrap. Já publicou nesta revista "Memórias da Balaiada" (Nº 23).